

A Classe Operária

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



ANO 64 - VI FASE - N.º 16 - DE 06 A 19 DE ABRIL DE 1989

NCZ\$ 0,40



Foto: Virginia Drummond

Maurício F. Lima, Jamil Haddad, João Amazonas, Lula, Gabeira e Luis Gushiken.

UNIÃO DA ESQUERDA PARA GANHAR A PRESIDÊNCIA

Em reunião histórica dia 29 de março em Brasília os presidentes nacionais do PCdoB, do PT, do PSB e do PV decidiram participar unidos da campanha sucessória, já no primeiro turno da eleição presidencial. É o fato mais importante até o momento da corrida ao Planalto, e vem alcançando grande repercussão. Nos setores populares e progressistas a união das esquerdas é saudada com entusiasmo, pois aponta uma perspectiva de vitória. Mais de mil pessoas se reuniram para apoiar a formação da frente. Leia cobertura dos atos de Brasília e Salvador nas páginas 4 e 5 e nossa opinião no editorial.

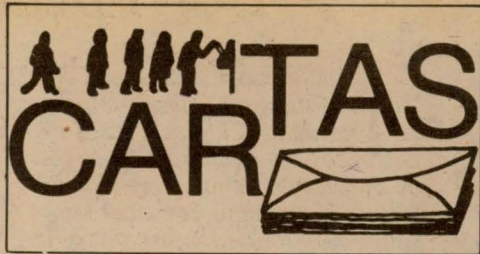
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
Editor: José Reinaldo Carvalho
Redação: Antonio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins
Diagramação e Arte: Mazé Leite
Fotografia: Aguinaldo Zorneroni
Arquivo: Rosane Montiel e Jacyrandi Garcia
Administração e Assinaturas: Teresa Polli
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP
Telefone: (011) 36-7531
Telex: 11-32133

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Av. Thomás Espíndola, 314, CEP 57060, fone (082) 223-7128, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGGS — 704, Bloco G Casa 67, CEP 70302, fone (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — Av. Alfredo Nasser, 356, CEP 74000, fone (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, fone (098) 221-5440, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone (065) 321-7908, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800 fone (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuzá, 99, CEP 59020, fone (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787, fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Willians, 434, CEP 69300, Boa Vista; SERGIPE — Rua Itabaianinha, 145, sala 104, CEP 49010, Aracaju; SANTA CATARINA — Praça 15 de Novembro, 21, sala 703, CEP 88010, Florianópolis.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Uma crítica à nossa cobertura da greve geral

O objetivo desta minha carta à redação é questionar o espaço dado à cobertura da greve geral na última edição do jornal, que circulou entre os dias 24 de março e 5 de abril. Reduzido ao extremo, não sei por quais razões, o material não conseguiu dar uma visão completa do que aconteceu em todo o país durante os dois dias de paralisação, talvez o maior movimento grevista verificado no país desde 1964.

Como correspondente da "Classe" na Paraíba senti-me na obrigação de fazer o presente questionamento, cujo sentido é o de contribuir para o aperfeiçoamento de nossa imprensa operária, buscando sua dinamização de acordo com a realidade em que vivemos. Isso é necessário sobretudo porque a nossa informação significa a contraposição às idéias e concepções repassadas pelos órgãos de comunicação da burguesia e que tentam moldar o pensamento da população conforme os interesses da classe dominante.

Não quero, aqui, criticar o conteúdo da matéria. Entendo que, dentro do espaço delimitado, o companheiro Carlos Pompe cumpriu sua tarefa. Mas o movimento grevista, que teve característica eminentemente política em protesto ao governo Sarney, merecia um encarte especial que mostrasse com detalhes o que aconteceu no país.

A chamada grande imprensa cumpriu sua tarefa. A Rede Globo, por exemplo, mentiu descaradamente, mostrando ruas desertas e afirmando que a greve havia fracassado. Restava a nós divulgarmos, com o devido destaque, o êxito da paralisação.

A nosso ver, as informações foram genéricas e não conseguiram alcançar a realidade do esplendoroso movimento. A divulgação das fotos, com multidões saindo pelas ruas em arrastões, daria um colorido todo especial à matéria, que assim cumpriria seu objetivo. (Miguel Lucena, diretor do sindicato dos jornalistas da Paraíba e militante do PCdoB)

Um programa de alto nível

Gostaríamos de felicitar, através desta seção, a direção nacional do PCdoB pelo excelente programa apresentado no dia

23/3. Com alto nível técnico, imagem, fotografia e entrevistas, o partido abordou os principais temas do momento: o "Plano Verão", a internacionalização da Amazônia e a sucessão presidencial, de forma enfática e marcante.

A questão da unidade dos partidos de esquerda, entidades civis e populares, numa frente ampla, foi no meu entender o ponto alto do programa. Gostaria, porém, de fazer uma ressalva. O partido deveria ter se detido mais na inflação e na dívida externa, mostrando de forma mais clara como a dívida atua na economia brasileira gerando a inflação e quem se beneficia da mesma. No mais o programa mostrou de forma clara e concreta a luta de classes existente hoje em nosso país. Parabéns. (Rogério Mário Moreira, S. João do Meriti, RJ).

A perestroika e os erros do regente Tretiaikov

Nos dias 15 e 16 de março apresentou-se no Teatro Municipal do Rio a Orquestra de Câmara de Moscou, que trouxe um novo regente: o premiado violinista Victor Tretiaikov. Ele é considerado um gênio da música contemporânea e o melhor regente e solista das músicas de Tchaikowsky.

Como não poderia deixar de ser, a grande imprensa deu um enorme avanço para as declarações do músico sobre a perestroika. Ele não poupou elogios à atual política dos revisionistas da URSS e criticou duramente Stalin. Mas fatos que Tretiaikov relatou sobre sua vida contradizem suas críticas. Um jornalista perguntou como ele aprendeu a tocar violino. Tretiaikov revelou ter nascido em uma pequena aldeia do interior da Sibéria, cuja economia se baseia na pecuária. Aos quatro anos, ele começou a estudar violino numa escola de música da região de sua aldeia natal.

Que país capitalista manteria escolas de música, públicas, gratuitas e para crianças, nos mais longínquos rincões? No Brasil não as temos, nem no interior, nem em metrópoles como o Rio de Janeiro. Será que nos EUA existem escolas como estas nos desertos de Estados como o Novo México?

Temos aqui um claro exemplo da política cultural desenvolvida na URSS quando era socialista. O povo, o filho de um camponês, tem o acesso garantido à cultura, as aptidões podem aflorar. Podemos dizer que foi graças ao regente do socialismo, Stalin, que junto com o povo soviético construiu uma política cultural democrática e popular, que pôde surgir o

virtuoso do violino, o regente Tretiaikov.

Parece que hoje, rico e famoso, ganhando em dólares quando se apresenta no exterior, Tretiaikov cospe no prato em que comeu. (Paulo Machado, Rio de Janeiro, RJ)

Opinião sobre a "Classe" e os nossos colaboradores

Gostaria de parabenizar não só os editores mas todos que contribuem na elaboração deste ótimo jornal.

Sem dúvida a "Classe" está tendo boa repercussão dentro e principalmente fora do PCdoB, pois é ampla, revolucionária e inovadora.

Neste momento em que muitos se apresentam como "de esquerda", "socialistas" e "comunistas" este jornal cumpre importante papel no desmascaramento destes pseudo-revolucionários. Gostaria de destacar entre outras a matéria escrita por Duarte Pereira no nº 15 ("Roberto Freire e a teoria de que a divisão faz a força"), em que critica com argumentos demolidores o caráter eclético e tergiversador da teoria do candidato revisionista, que embora se apresente como de esquerda serve apenas para jogar areia no ventilador da unidade do povo.

A nós, leitores colaboradores da "Classe", só resta nos esforçarmos para aumentar as vendas do jornal, e transformá-lo em publicação sem igual, já que a atual periodicidade acaba fazendo com que muitos leiam a "Classe" quando já está defasada. (Jairo José da Silva, do Comitê Distrital do PCdoB na Moóca — S. Paulo-SP).

Cumprimento a "Classe" por sua reformulação editorial e gráfica, que a colocou no mesmo nível dos grandes jornais deste país. Com a diferença, é claro, de que continua a ser um posto avançado da classe operária em defesa dos direitos dos oprimidos no Brasil e no mundo. (Ricardo Garcia, Presidente Prudente-SP).

Livraria Vitória

LÊNIN:
Materialismo e Empirio-criticismo (vol. encadernado) — NCz\$ 2,34
A Aliança da Classe Operária e Camponesa (encadernado) — NCz\$ 2,90

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
 Endereço.....
 CEP.....Cidade.....Estado.....
 Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 2,40; Trimestral de apoio: NCz\$ 4,50

Assinatura semestral: NCz\$ 4,80; Semestral de apoio: NCz\$ 9,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal à

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - São Paulo/SP

CDM

Centro de Documentação e Memória
 Rua Barão de São Paulo, 54 — 1º andar — CEP 01320 — Liberdade — São Paulo/SP.



EDITORIAL

Uma nova página na história

O lançamento da frente de esquerda em Brasília no último dia 29 de março é um desses acontecimentos destinados a ficar na História como fato marcante e só o tempo mostrará o seu verdadeiro alcance e significado mais profundo.

O certo é que a união das esquerdas, das forças democráticas, populares e progressistas do país coloca num novo nível a luta política no Brasil, gerando diferenciadas expectativas e reações nos dois grandes pólos em contenda na atual quadra da vida nacional. Do lado do povo, da classe operária, das massas trabalhadoras, dos intelectuais progressistas, dos democratas e patriotas, renovam-se esperanças, cresce a confiança na conquista da vitória, desperta o entusiasmo. A realidade vai mostrando que a união do povo corresponde a um anseio tão antigo quanto generalizado e vai tomando forma com o amadurecimento e a radicalização da luta de classes no país.

Mas, do lado das classes dominantes retrógradas, das elites cevadas no sangue do povo, a união das esquerdas selada na reunião de Brasília gera pânico. É sintomático o editorial de "O Globo", um dos porta-vozes do imperialismo e da grande burguesia monopolista, arauto do obscurantismo, do último dia 2 de abril, reproduzido pelo "Jornal Nacional" e, como matéria paga, por todos os veículos da chamada grande Imprensa. Faz-se uma verdadeira conglomeração, dramática e patética, à "santa aliança" das elites, para que encontrem uma candidatura suficientemente forte, capaz de impedir a vitória da esquerda.

Esta pertinácia dos setores da direita e do centro-direita na busca de saídas que impeçam a eleição de um candidato popular indica também a pequenez do horizonte político

co daqueles que, dizendo-se de esquerda, trabalham pela divisão dos setores democrático-populares, seja através do personalismo populista, ou da insistência em manter uma candidatura desde já fadada ao fracasso e com um marcado viés socialdemocrata e reformista.

A união das esquerdas tem sido defendida enfaticamente pelo Partido Comunista do Brasil e três outros partidos, além de inúmeras personalidades progressistas independentes e sem-partido. A idéia da unidade tem estado presente desde há tempos nesses partidos e setores e foi amadurecendo por imposição da realidade. A dura experiência de luta do povo brasileiro foi mostrando, nas vitórias e nos insucessos, que a solução de fundo, radical, da crise estrutural brasileira passa pela mobilização de milhões e milhões de pessoas, o que jamais será alcançado por um só partido.

O ato de Brasília foi um passo importante, o começo de uma longa caminhada. Construir a frente é batalha complexa, dura, muitas vezes penosa, repleta de caminhos sinuosos. É um exercício de engenharia política, que requer das forças dispostas a se unir renúncia a interesses particularistas, habilidade, inteligência e firmeza.

Pela primeira vez em um século de vida republicana, o povo brasileiro tem diante de si a possibilidade concreta de virar uma página na história. Esta constatação não pode ser mera figura de retórica, mas o resultado de uma convicção profunda do processo em curso no país.

São bem maiores agora as responsabilidades dos partidos de esquerda, que se refletem no esforço comum para elaborar um programa consoante às aspirações do povo brasileiro e levar adiante uma campanha que derrote a reação.

Corrupção e crise

Aldo Rebelo*

A multiplicação das descobertas de escândalos e casos de corrupção na Câmara Municipal de São Paulo levanta apenas um véu da devassidão que se criou à sombra da impunidade e da falta de representatividade do Poder Legislativo à época do extinto regime militar. Os generais cassaram representantes do povo, proibiram seus partidos de funcionar, ao mesmo tempo em que criaram mecanismos favoráveis à ascensão de políticos reacionários e corruptos.

A vitória das correntes de esquerda, através da Coligação Partidos do Povo, nas últimas eleições na cidade de São Paulo abalou profundamente o aparelho montado pela direita na Câmara Municipal. As forças conservadoras sequer reuniram condições para montar chapa na eleição da Mesa Diretora, e o vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, do PT, acabou conduzido à Presidência apoiado por seu próprio partido, pelo PCdoB, PDT e PCB em aliança com PSDB, PL e dissidentes do PMDB, PTB e PDS.

A imprensa burguesa se vê em dificuldades para explicar este fenômeno, pois, ao mesmo tempo em que não lhe interessa fortalecer um Legislativo oxigenado pela ampliação da representação de vereadores ligados às lutas operá-

ria e popular, não pode deixar de registrar os ventos da mudança que sopram da vitória popular. As medidas moralizadoras não são fruto, nem apenas, nem principalmente, de ato solitário da Presidência. O vereador Suplicy tem a virtude da fidelidade ao programa que o elegeu presidente da Câmara, conta com o apoio de uma Mesa Diretora que lhe dá sustentação e de uma decidida bancada de vereadores de seu próprio partido, do PCdoB e de outras legendas que o elegeram e defendem as medidas até agora postas em prática.

O que a imprensa conservadora não diz é que a corrupção é da essência do capitalismo, que é corrupto no Brasil, no Japão, na Itália ou onde quer que predomine como sistema econômico e social. No Brasil, a corrupção foi agravada pela existência do regime militar, quando governantes e empresários agiam nas sombras da impunidade, protegidos pela ditadura.

Por estas razões, o combate à corrupção só pode ser feito de forma conseqüente, associado à luta por amplas liberdades políticas, pela ampliação da participação popular e pelo socialismo, único sistema capaz de pôr fim à corrupção nas suas causas e na sua origem.

* Vereador em São Paulo e membro da Direção Nacional do PCdoB

A luta contra o racismo

Carlos Henrique Vasconcelos*

O combate ao racismo tem sido uma constante no exercício do mandato do vereador negro Edson Santos, do PCdoB, que recebeu expressiva votação nas eleições passadas dos negros do Rio de Janeiro. Por sua iniciativa, a Câmara Municipal realizou uma sessão especial, dia 21 de março, para comemorar na capital carioca o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. O evento ganhou significação e importância política pois foi a primeira manifestação realizada na capital carioca após o veto do presidente da República, José Sarney, à Lei Caó, que estabelece, no espírito da Constituição Federal, punição para crimes de racismo.

Prova de que a luta anti-racista corresponde à consciência democrática da população brasileira foi sua representatividade, pois contou com a presença de diversos partidos políticos, de entidades do movimento negro e de artistas negros, como Martinho da Vila, Neguinho da Beija-Flor, Alcione, Ruth de Souza e Emílio Santiago.

Já está em curso uma campanha nacional contra o veto arbitrário do Palácio do Planalto, e Edson Santos é um dos principais articuladores dessa campanha. O vereador comunista tem feito

também diversos pronunciamentos, reafirmados no ato do dia 21 de março, pelo rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o regime racista sul-africano.

É evidente que levar adiante a campanha contra o veto presidencial à Lei Caó é tarefa de todos os parlamentares e ativistas políticos comprometidos com a luta contra o racismo no Brasil e pelos ideais da liberdade e justiça social.

Além do mais, é preciso entender o racismo como uma nódoa, um estigma, próprio de uma sociedade excludente, antidemocrática, concentradora de renda e marginalizadora de milhões de seres humanos. Isto é fundamental para enxergar a dimensão política dessa luta, como um aspecto da luta de classes. O racismo, mazela social das mais vergonhosas, só pode ser combatido de maneira conseqüente se os milhões de trabalhadores negros se unirem ao conjunto do povo brasileiro, sob a perspectiva da classe mais avançada da sociedade — o proletariado — e colocarem na alça da mira de seu combate o sistema capitalista e as estruturas sócio-econômicas retrógradas que predominam no país.

Centro de Documentação e Memória
Maurício Grabois
Arquivista da
Classe - Sucessoral RJ

CRÔNICA

DE BRASÍLIA

Conservadores querem monopolizar comissões do Congresso Nacional

Moacyr de Oliveira Filho*

O presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro, divulgou na semana passada a composição da Comissão Mista Especial da Dívida Externa, criada nos termos do artigo 26 das Disposições Transitórias da Constituição Federal, para promover um exame pericial da dívida externa brasileira. A composição dessa importante Comissão, com poderes de CPI e prazo de um ano para realizar seu trabalho, desagradou os partidos progressistas e de esquerda, que foram excluídos de sua composição. O senador Nelson Carneiro, ao criar a Comissão, definiu sua composição com base no Regimento do Congresso Nacional, bastante defasado, excluindo, com isso, a participação de qualquer parlamentar dos pequenos partidos. Segundo a composição definida pelo presidente do Congresso, participam da Comissão apenas os parlamentares do PMDB, do PFL, do PSDB, do PDS, do PTB e do PDT. Partidos como o PT, o PSB, o PCdoB e o PCB, exatamente os que mais brigaram pela criação dessa Comissão, ficaram excluídos da sua composição. Diante disso, a instalação da Comissão, prevista para quinta-feira passada, foi suspensa até que se encontre uma fórmula capaz de abrigar a participação de pelo menos um representante de todos os partidos com assento no Congresso Nacional. Esta semana, o líder do PCdoB, Haroldo Lima, apresentará em nome dos pequenos partidos uma proposta de nova composição para a Comissão.

Uma notícia circulou na semana passada pelos corredores do Congresso Nacional causando grande mal-estar entre os parlamentares, principalmente os do bloco progressista que apoiaram a candidatura de Paes de Andrade à Presidência da Câmara. Segundo essas notícias, Andrade teria feito um acordo com os setores conservadores da Câmara, trocando o apoio

desses setores à sua candidatura pela garantia do arquivamento da CPI da corrupção. Embora prontamente desmentidas, tais notícias trazem um rastro de dúvida que ainda deve ser esclarecido. A verdade é que o comportamento de Paes de Andrade no episódio do arquivamento da CPI da Corrupção foi bastante suspeito. Os setores progressistas que apoiaram a sua candidatura à Presidência da Câmara exigem uma explicação convincente a respeito dessas notícias e, mais do que isso, exigem que a decisão final sobre o destino da CPI da Corrupção seja dada pelo plenário da Câmara. Coisa que, até agora, o presidente Paes de Andrade está se recusando a aceitar.

Já estão funcionando as Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados, embora em caráter provisório até a aprovação do novo Regimento Interno da Câmara, que dará mais poderes às Comissões. As atuais Comissões acabaram ficando com uma composição majoritariamente conservadora, notadamente as mais polêmicas. Só para se ter uma idéia, a Comissão de Agricultura, por onde passarão todos os projetos relativos à reforma agrária, por exemplo, é presidida pelo deputado José Egreja (PTB-SP), um dos líderes do Centrão e um dos principais defensores das posições da UDR. Já a Comissão de Economia tem como presidente o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), também líder do Centrão e um dos parlamentares mais reacionários do Congresso Nacional. Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática a situação é ainda mais grave. Embora a presidência tenha ficado com um deputado que tem defendido algumas posições progressistas, como Antônio Gaspar, um dos vice-presidentes é o ultra-reacionário Arolde de Oliveira.

*Jornalista, correspondente da "Classe" em Brasília.



Mais de mil pessoas assistiram ao ato pela unidade em Salvador.

Entusiasmo na Bahia com a frente das esquerdas

Pedro Augusto*

As mais de mil pessoas que lotaram o Cine Nazaré, em Salvador, na noite do dia 30, saíram convencidas de que um sonho está próximo de se realizar: as forças de esquerda, democráticas, populares e progressistas vão marchar unidas para disputar a Presidência da República e, o que é mais importante, com amplas e reais possibilidades de vitória. Esta, pelo menos, foi a opinião bem fundamentada transmitida pelo presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, durante o ato político promovido pelo Partido na Bahia, para defender a proposta de lançamento de um candidato único das esquerdas já para o primeiro turno das eleições presidenciais.

Ato representativo

A mesa do ato foi ilustrativa dessa convicção de unidade. Pelo PCdoB lá estavam, além de João Amazonas, o membro da Direção Nacional, Dynéas Aguiar, o presidente regional, Péricles de Souza, o deputado federal Haroldo Lima, o deputado estadual Luiz Nova e o vereador, em Salvador, Javier Alfaya. Pelo PT, o dirigente nacional e regional, Jorge Almeida, o deputado estadual Alcides Modesto e o vereador Edval Passos, de Salvador. O PSB foi representado pelo dirigente regional Paulino Vieira e o PV pelo dirigente regional Joel Hamilton. O secretário de Saúde do Estado e deputado estadual Luiz Humberto (PMDB) e o deputado estadual Emiliano José (PMDB) participaram como debatedores, apoiando a frente de esquerda. Presentes, ainda, os dirigentes da Corrente Sindical Classista, Renildo Souza, e da Central Única dos Trabalhadores, Sueli Dias. Na platéia, entre outras presenças ilustres, o secretário estadual de Cultura, poeta, escritor e composi-

tor José Carlos Capinan.

Respaldo de massas

A entusiasmada platéia ouviu Amazonas, também entusiasmado, anunciar a grande receptividade que a proposta de unidade vem conquistando em todo o país. "O povo virou as costas para as elites dominantes", afirmou o dirigente comunista, ao se referir à profunda crise, em todos os aspectos, que vive o país. "Os ladrões de colarinho branco roubam e isso já é considerado uma coisa normal", disse Amazonas ao denunciar a crise moral.

Depois de afirmar que as classes dominantes nada têm a oferecer ao país, João Amazonas disse que a proposta de unidade das esquerdas tem de levar em conta a necessidade de uma ampla mobilização e organização de massas para respaldá-la. "Se nós vencermos no primeiro turno, haverá o segundo? Se vencermos no segundo, o presidente eleito tomará posse? Se tomar posse, conseguiremos implementar o programa defendido durante a campanha?". São interrogações que Amazonas dirigiu à plenária, cuja resposta está na mobilização popular.

A frente, segundo o presidente nacional do PCdoB, será um pólo de atração para setores progressistas, independentes, para as forças populares, intelectuais, capaz de transformar-se num grande movimento nacional para derrotar a direita, que está desgastada e busca uma saída pelo centro, este amplamente derrotado nas eleições municipais do ano passado. "Nós vamos ganhar as eleições", sentenciou João Amazonas, aplaudido de pé pelo plenário.

Aliança duradoura

Todos os demais oradores do ato político defenderam entusiasmados a proposta de unidade. Pela primeira vez a esquerda unida se coloca como

alternativa real para assumir o poder", disse Jorge Almeida, do PT. "Estaremos juntos em mais essa batalha", ressaltou Paulino Vieira, do PSB. "Vamos mostrar às pessoas, com toda clareza, os crimes que se cometem contra o país", destacou Joel Hamilton, do PV. "Esta é uma saída para a crise", enfatizou o secretário estadual de Saúde, Luís Humberto, ao concordar com Amazonas de que acabou o ciclo de alianças com o centro para vencer o autoritarismo e que a aliança das esquerdas é estratégica, duradoura, não apenas eleitoral. "A mesa deste ato é ilustrativa de um novo tempo que estamos vivendo", lembrou o deputado Emiliano José, do PMDB. E Haroldo Lima, do PCdoB, depois de destacar o sucesso do ato de lançamento da frente, na véspera, em Brasília, afirmou: "A esquerda tem a fisionomia do Brasil".

Repercussão na imprensa

A presença de João Amazonas em Salvador teve boa repercussão na imprensa local. Ele foi entrevistado no aeroporto, onde foi recebido pelas direções regionais do PCdoB e do PT, e na Assembléia Legislativa, onde visitou as mesas diretoras do Legislativo estadual e da Constituinte estadual. Após o ato político, João Amazonas foi o entrevistado do programa "Opinião", da TV Aratu (Rede Manchete), de grande audiência, respondendo perguntas de jornalistas presentes e de populares pelo telefone.

Durante o ato político foram amplamente distribuídos o Manifesto do PCdoB, propondo a frente de esquerda e a declaração conjunta assinada no dia 29, em Brasília, pelos presidentes do PCdoB, PT, PSB e PV.

*Jornalista, correspondente da "Classe" em Salvador.



Nasce a frente de esquerda, popular e democrática

Moacir de Oliveira Filho*

O fato mais importante da corrida sucessória até o momento aconteceu em Brasília no último dia 29 — a reunião dos presidentes do PT, PCdoB, PSB, e PV, realizada na sala da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Diante da imprensa e de uma numerosa assistência os dirigentes partidários discutiram a criação de uma frente de esquerda, popular e democrática, para disputar com candidato único desde o primeiro turno, as eleições presidenciais deste ano. Uma “reunião histórica”, na opinião de todos os participantes.

Participaram da reunião os presidentes nacionais desses partidos: Luiz Gushiken (PT), João Amazonas (PCdoB), Jamil Haddad (PSB), Fernando Gabeira (PV) e o candidato a presidente da República lançado pelo PT, Luís Inácio Lula da Silva. Diversos deputados federais e estaduais prestigiaram o evento, destacamete Florestan Fernandes (PT), Haroldo Lima (PCdoB), Maurílio Ferreira Lima (PMDB), Aldo Arantes (PCdoB), Lidice da Mata (PCdoB), Eduardo Bomfim (PCdoB), João Hermann (PSB), José Dirceu (PT), Carlos Minc (PV) e Vladimir Palmeira (PT).

Declaração conjunta

Ao final da reunião, o presidente do PCdoB, João Amazonas, indicado pelos presidentes dos demais partidos para dirigir o encontro, leu uma declaração conjunta dos quatro partidos manifestando a disposição de “criação de uma união das forças de esquerda, democrática, popular e progressista, para concorrer com candidato único à sucessão presidencial já no primeiro turno”. Para tanto, os diri-



João Amazonas, com Lula e dirigentes do PSB e PV depois da leitura da declaração conjunta dos partidos de esquerda.

gentes partidários decidiram criar uma Comissão Pluripartidária para elaborar um programa comum da frente de esquerda, examinar a possibilidade de se formar uma coligação em torno da candidatura de Lula, já lançada pelo PT, encaminhar critérios e prazos entre os partidos coligados para a escolha do candidato a vice-presidente, estabelecer as normas de relacionamento entre as forças integradas da coligação e articular a coordenação nacional da campanha

Foto: Arquivo

eleitoral da frente, composta pelos partidos coligados e por personalidades políticas, lideranças sindicais e populares.

Lula confiante

O candidato a presidente da República lançado pelo PT, Luís Inácio Lula da Silva, destacou sua confiança na vitória dessa frente de esquerda — “Essa frente vai ganhar as eleições porque será capaz de elaborar um programa para atender aos anseios da sociedade brasileira e de ser executado e cumprido durante o mandato presidencial”. Para Lula, a formação da frente “é um ensinamento político para todos nós. A sociedade brasileira fala mais alto que os interesses de cada partido e nos diz que essa união é uma necessidade para construir um novo país. Se separados somos fracos, unidos seremos quase invencíveis. A direita dizia que a esquerda não se unia nem na cadeia. O que estávamos precisando era de mais liberdade e aqui estamos nós, unidos fora da cadeia”, disse Lula, acrescentando ainda que espera convencer outros setores da esquerda, inclusive do PSDB e da esquerda do PMDB “a virem juntos conosco nessa luta”.

Novos Caminhos

Para o presidente do PCdoB, João Amazonas, o compromisso firmado nessa reunião é “histórico”. Na sua opinião, essa frente de esquerda nasceu de um exame muito objetivo da realidade brasileira, quando se constatou que a crise vivida pelo país está levando a sociedade a uma completa degradação e que o povo não está mais disposto a suportar essa situação. “Essa frente é uma tentativa de dar um basta à situação de opressão e formular uma nova saída para a crise brasileira que não pode mais ser encontrada através dos partidos das classes dominantes. A sociedade brasileira indica hoje um outro caminho: a união do povo brasileiro, a união de tudo o que é progressista neste país. Por isso é que nos orientamos pela criação de uma frente de esquerda. O que pretendemos é unir a nação brasileira no que ela tem de melhor e mais importante”, afirmou Amazonas, destacando que “essa união não tem caráter provisório; ela precisa ser permanente e da vez mais para se tornar uma fortaleza intransponível capaz de levar este país à frente. A partir de hoje, finalizou Ama-

Apoio dos vereadores na Câmara de SP

O lançamento da frente de esquerda repercutiu imediatamente na Câmara Municipal de São Paulo, onde vereadores progressistas subscreveram uma nota saudando a iniciativa. Eis a íntegra:

“Saudamos a atitude madura e patriótica das Direções Nacionais do PT, PCdoB, PSB e PV ao entenderem a importância e a necessidade de marcharem juntos no primeiro turno das eleições presidenciais de novembro, onde as forças conservadoras tudo farão para tentar impedir a conquista de um governo democrático e comprometido com os anseios do povo brasileiro.” Assinam a nota os vereadores Eduardo Matarazzo Suplicy (presidente da Câmara), Aldo Rebelo, Vital Nolasco, Arselino Tatto, Jucelino Neto, Devanir Ribeiro, Valfredo Ferreira, Tita Dias, Irede Cardoso, Pedro Dallari, Henrique Pacheco, João Carlos Alves, Terezinha Martins, Mauricio de Faria, Ushitaro Kamia e Francisco Whitaker.

Um novo estilo de política

O compromisso firmado na semana passada em Brasília pelas direções nacionais do PT, PCdoB, PSB e PV, de discutir a criação de uma frente de esquerda para disputar com candidato único, desde o primeiro turno, às eleições presidenciais de novembro, embora ainda não signifique a formalização de uma aliança eleitoral, o que só irá ocorrer após as convenções nacionais desses partidos, representou um passo importante no sentido da consolidação dessa frente de esquerda. Em primeiro lugar, a reunião de Brasília deixou clara a disposição dos partidos de formalizar a frente. Além disso, a reunião de Brasília mostrou uma clara sintonia com a voz e os sentimentos do povo. A união das esquerdas e dos setores populares e progressistas não é um mero arranjo eleitoral. É, isso sim, uma necessidade e uma exigência de amplas parcelas do povo brasileiro que vê, nessa união, o caminho mais sólido e mais viável para tirar o Brasil da crise, longe dos acordos e acertos das elites

Esse novo estilo pode ser caracterizado pela disposição de colocar em primeiro lugar a definição de um programa de governo como o vetor fundamental da aliança eleitoral. Ou seja, não se trata simplesmente de apoiar um nome. Mas sim da sólida articulação de uma unidade de forças políticas comprometidas com um programa de ação, capaz de promover as transformações reclamadas pela sociedade brasileira. Será esse programa, elaborado conjuntamente pelos partidos, que dará substância política à aliança.

Além disso, a reunião de Brasília mostrou uma clara sintonia com a voz e os sentimentos do povo. A união das esquerdas e dos setores populares e progressistas não é um mero arranjo eleitoral. É, isso sim, uma necessidade e uma exigência de amplas parcelas do povo brasileiro que vê, nessa união, o caminho mais sólido e mais viável para tirar o Brasil da crise, longe dos acordos e acertos das elites

e dos meros conchavos eleitorais dos partidos das classes dominantes.

A não-participação de setores que poderiam ser definidos como de esquerda ou progressista nessa frente, como o PCB, o PSDB, o PTB e a esquerda do PMDB não acontece por imposição daqueles que estão dispostos a se unir. Acontece, isso sim, ou por falta de visão política, por divisionismo ou por exagerado personalismo de velhos caudilhos que imaginam poder mudar o país apenas com a discutível força de seu nome.

Enganam-se os que pensam assim.

A vida e o crescimento popular dessa união certamente servirão de alerta para aqueles que estiverem séria e honestamente empenhados em mudar o Brasil, abrindo o caminho para a construção de uma nova sociedade, progressista, democrática independente.

(MOF)

zonas, começa a nascer um sol vermelho, de esquerda, para toda a nação brasileira”.

Na opinião do senador Jamil Haddad, presidente do PSB, o candidato único das forças de esquerda “é um sonho que nunca se concretizou antes em nosso país”. O senador disse ainda que “esse histórico movimento que começa a tomar forma a partir de agora representa a redenção de nosso país”.

Já o presidente do PV, Fernando Gabeira, destacando que foi preciso percorrer um longo caminho para articular as posições ecológicas, feministas e em defesa das minorias, defendidas pelo seu partido, com as posições dos trabalhadores, afirmou: “Ao ver nascer essa criança temos alguns desejos. Vencer as eleições para mudar o Brasil é o maior deles. Queremos que essa frente seja uma realidade. Acreditamos na vitória. Vamos lutar para que seja uma realidade. Acreditamos na vitória. Vamos lutar para que seja uma realidade. Acreditamos na vitória. Vamos lutar para que seja uma realidade.”

*Jornalista, correspondente da “Classe” em Brasília

NAS ENTRELINHAS DA NOTÍCIA

Grande imprensa convoca a direita

Clóves Wonder

O jornal do diretor-redator-chefe Roberto Marinho, "O Globo", parece que enfiou no último fim de semana. Além de publicar na íntegra a carta do ex-alcaide paulistano Jânio Quadros, dando conta de que poderia não (ou sim?) participar da corrida presidencial em função dos limites que o Congresso estabelece ao presidente da República, no sábado, já no domingo tascou um editorial assinado na primeira página, convocando abertamente a direita a se unir para enfrentar a esquerda. Aliás, é bom ficar atento sempre que "O Globo" ou "O Estadão" se desesperam.

Representantes maiores e mais empedernidos da direita nacional e das classes dominantes conservadoras, esses dois jornalões, "O Globo" inclusive usando seu monopólio televisivo, vão fazer de tudo para bombardear candidaturas não abençoadas pelos Mesquitas e pelos Marinhos. A mesma carta de Jânio atacando o Congresso e os parlamentares, publicada no sábado em página nobre, foi repercutida no domingo, também em página ímpar, com um depoimento do deputado Delfim Netto. Ele concordava integralmente com Jânio. Como não poderia deixar de ser.

Gorbachev em Cuba

Mais destaque que o desarvoramento do centro-direita brasileira em busca de um candidato, só obteve mesmo tanto no "O Estado de S. Paulo", como no "Jornal do Brasil", "O Globo", "Folha" e até como capa da "Veja", as eleições "democráticas" da União Soviética, a derrota dos revisas conservadores e a visita do grande especialista em agricultura do PCUS, formado por correspondência, Gorbachev, a Cuba. Os despachos das agências internacionais e dos correspondentes dos jornalões brasileiros garantiram primeira página e muitas fotos para Boris Yeltzin, o descarado capitalista que ganhou as eleições em Moscou.

Nos editoriais do "Estadão", uma pergunta era sempre feita no último fim

de semana: Fidel obedecerá a Gorbachev e abrirá a economia cubana ao capitalismo? Resposta nos próximos editoriais do vetusto órgão(?) da imprensa paulista.

Esquerda Unida

Uma foto do presidente do PCdoB, João Amazonas, conclamando, na reunião dos partidos de esquerda (PCdoB, PT, PV e PSB), à união da esquerda na corrida presidencial, no alto de uma página ímpar no "Estadão", é no mínimo intrigante. Mas a reunião foi tão importante politicamente, que os grandes jornais, mesmo o dos Mesquitas e dos Marinhos, não poderiam deixar de noticiá-la. Até mesmo para justificar depois o próprio editorial de "O Globo", convocando a direita a também se unir.

Mas dos muitos jornais que noticiaram a reunião do dia 29 de março em Brasília, o que melhor refletiu o clima e deu mais espaço foi mesmo o "Correio Braziliense". Jornais de muitas capitais do país deram bem a notícia, sempre enfatizando, inclusive, a marcante atuação do presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, que leu a declaração final da reunião. Mas a *Veja* sequer noticiou a reunião.

Folha d'

No seu processo de emburrecimento e desinformação pós-moderno, a "Folha de S. Paulo" saca mais uma: desde o último domingo, circula junto com a *Folhona*, um tablóide chamado "Folha d'", que prima pela superficilidade e a frescura. Reportagem sobre uma aventura nudista pelas praias do litoral norte de São Paulo, matéria cascateada sobre a questão amazônica, os desbundes de Tóquio por Matinas Suzuki, incentivo capitalista com artigo de um enganador americano, capítulo do último livro de Susan Sontag sobre AIDS, matéria sobre banheiros de bar que não esclarece e não denuncia nada, consumo e televisão. Haja besteiro!

Mulheres tomam iniciativa na campanha presidencial

Ana Maria Rocha*

As mulheres foram as primeiras a tomar iniciativa na atual campanha sucessória. Através de uma representativa entidade nacional, a União Brasileira de Mulheres (UBM), adotaram um programa de lutas relacionado com a disputa presidencial e já estão em contato com diversos candidatos. E se pronunciaram contra os partidos da direita e do centro.

Realizou-se em Brasília, nos dias 28 e 29 de março, a Plenária do Conselho de Representantes da União Brasileira de Mulheres, a primeira desde sua fundação, em agosto do ano passado. A reunião, que contou com a participação de 16 entidades de 12 Estados do Brasil, foi abrilhantada com a presença das deputadas federais Anna Maria Rattes, Maria de Lourdes Abadia, Raquel Capiberibe e Lídice da Mata, que também integram o Conselho de Representantes da UBM. Como convidadas especiais estiveram ainda presentes a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jacqueline Pitanguy; a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, Branca Moreira Alves; a presidente do Conselho Estadual do Distrito Federal, Elisa; o representante do PT, Virgílio Guimarães; do PCdoB, Haroldo Lima e outros deputados.

Além da troca de experiências quanto aos acertos e dificuldades na organização das entidades nos diversos Estados, o Conselho concluiu que o fundamental, este ano, é a UBM se colocar à frente de campanhas nacionais unitárias que respondam aos principais desafios colocados às mulhe-

res neste intrincado momento político.

Reconhecendo que a questão da sucessão presidencial é o centro das atenções políticas, a Plenária da UBM debateu amplamente o tema, conclamando as mulheres a se posicionarem, de forma consciente e organizada, denunciando as candidaturas de direita, particularmente suas expressões mais odiosas como a de Ronaldo Caiado, Jânio Quadros. Ao mesmo tempo, fez um apelo para que as mulheres integrem a campanha das esquerdas, comprometidas com um programa progressista. A UBM decidiu que nesse processo discutirá e defenderá um programa que contemple os interesses específicos das mulheres. Esse programa deverá ser discutido em plenárias nos diversos Estados, com o objetivo de sensibilizar e mobilizar mais e mais mulheres. Esse processo de discussão nos Estados deverá culminar com a realização de uma plenária nacional em agosto.

As representantes da UBM assistiram ao lançamento da frente de esquerda e entregaram a Luis Inácio Lula da Silva suas propostas de programa. Farão o mesmo com outros candidatos.

Campanhas específicas

A plenária da UBM discutiu ainda a participação da entidade no processo de discussão das Constituintes Estaduais, integrando fóruns de debates e se colocando à frente da coleta de assinaturas para emendas populares. Nesse sentido, visando garantir alguns direitos básicos, aprovou 4 emendas, unificadas nacionalmente para coleta de assinaturas no que se refere a creche e pré-escolas, à livre opção da maternidade, sobre o atendimento jurídico à mulher e acerca da imagem social da mulher. Outras emen-

das poderão ser feitas, desde que garantidas essas quatro unificadas nacionalmente.

Um dos pontos altos dos debates foi o lançamento da campanha dos direitos da mãe trabalhadora que terá como slogan: "Ser mãe não é crime. Trabalho, direito da mulher". A campanha, que durará um ano, deverá ser lançada nos Estados na primeira quinzena de maio e terá como objetivo denunciar e combater as discriminações motivadas pela condição da mulher de reprodutora, dando destaque aos direitos assegurados na nova Constituição brasileira, particularmente a licença-maternidade e licença-paternidade. Será feito levantamento das discriminações existentes contra o trabalho da mulher que têm relação com a maternidade, inclusive sobre a exigência crescente de empresas da apresentação de atestado de ligadura de trompas para a admissão de mulheres. A campanha culminará com a realização do Tribunal do Ventre Livre para o julgamento dos crimes cometidos contra a maternidade.

O Conselho de Representantes da UBM aprovou moção de apoio ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, alvo de esvaziamento político por parte do Ministério da Justiça. Outra moção foi a de solidariedade a Socorro Gomes, conselheira da UBM e vereadora do PCdoB em Belém, que encabeça a luta dos marcados para morrer da UDR. Por proposta de Dona Carolina Fontelles, presente à plenária, foi aprovada a participação da UBM, junto com outras entidades democráticas, na realização de um Fórum Nacional das viúvas, mães e órfãos dos assassinados pelo latifúndio.

*Da Direção Nacional do PCdoB

Foto: Arquivo



A tradição de luta e combatividade das mulheres será mostrada mais uma vez na campanha que se inicia.

AS SUCESSÕES NA HISTÓRIA

1899 — Entre a reforma e a revolução

Neste segundo artigo da série iniciada em nossa edição de número 13, o autor aborda os conflitos de fundo que resultaram na Proclamação da República.

José Carlos Ruy*



Em todos os lugares, os conflitos políticos refletem, em última instância, a luta entre classes sociais antagônicas e as disputas entre setores de uma mesma classe para controlar

o aparelho de Estado e impor ao governo a satisfação de seus interesses econômicos, sociais e políticos. O Brasil, evidentemente, não é exceção a essa regra elementar: aqui, como em todos os lugares, é esse conflito entre as classes que provoca a instabilidade política e a crise aberta que se manifesta nas sucessões entre um governo e outro. A maior ou menor profundidade dessa crise depende da gravidade dos problemas enfrentados ou do fato da sociedade ter encontrado formas de conviver com eles. As democracias burguesas do Ocidente, por exemplo, onde a pobreza e o estado de carência das massas populares deixaram de ser problemas agudos desde a segunda metade deste século, conseguiram um amplo consenso social em torno do sistema de governo e do regime vigente. Contudo, é sempre bom lembrar que esse consenso é obtido pelo artifício que permite ao povo supor que através do processo eleitoral ele controla o governo e o poder. Essa é uma ilusão muito conveniente para a "saúde" e estabilidade dessas democracias. Ela transfere para as urnas conflitos políticos e sociais que poderiam ocorrer nas ruas, mantendo-se sob controle da elite dominante e evitando que seu transbordamento ultrapasse os limites institucionais, levando ao rompimento da ordem estabelecida.

Como o Brasil ainda não resolveu seus problemas sociais mais agudos, mesmo do ponto de vista do capitalismo, a instabilidade política continua uma ameaça. A posse da terra continua extremamente concentrada; o desemprego ronda os trabalhadores urbanos; enorme parcela da população mora precariamente em favelas e cortiços; apenas um terço dos brasileiros se beneficiam (em graus diferentes) do desenvolvimento econômico — a lista dos problemas poderia ser infundável, mas todos eles confluem para um eixo fundamental: a repartição profundamente desigual do produto do trabalho dos brasileiros. Enquanto o estrangeiro e a elite abocanhavam parcelas generosas desse produto, a imensa maioria do povo é obrigada a vegetar na miséria e no abandono, forçada a extenuar-se, gastar músculos, sangue e nervos em benefício da elite proprietária e condenada a satisfazer-se com os poucos restos que lhe cabem.

As transformações políticas co-

mandadas pela elite sempre foram incompletas do ponto de vista social, deixando sem solução graves problemas que afligem o povo, uma fonte permanente de conflitos abertos ou velados. Esta situação não é nova no Brasil. A independência, em 1822, não foi acompanhada pela abolição da escravidão; ao contrário, a monarquia que se estabeleceu significou o governo do grande capital mercantil de exportação e importação, e dos setores mais importantes e influentes dos senhores de terras e escravos. A monarquia foi fator fundamental para a manutenção da escravidão a nível nacional, e esta contradição social fundamental entre senhores e escravos sobrepôs-se a outras contradições secundárias que, vez por outra, explodiram entre facções dos setores oligárquicos. Isso não impedia, contudo, que essas explosões fossem agudas, principalmente quando elas se somavam ao descontentamento de outros setores da sociedade imperial — as camadas médias e urbanas, uma burguesia embrionária que se desenvolvia junto com a economia; os funcionários públicos, principalmente os militares; os intelectuais (professores, jornalistas, sacerdotes); a plebe urbana de artesãos e comerciantes de retalho e, por fim, os escravos. Todos esses setores tinham interesses específicos, que por vezes se combinavam formando uma mistura particularmente explosiva. A história do Império está pontilhada desses episódios, e mesmo seu estudo superficial pulveriza a tese conservadora de que a monarquia foi, no Brasil, um regime notável por sua estabilidade. O imperador era estável, mas o governo não! Quem governava eram os gabinetes, formados por políticos convocados pelo imperador e a duração média

desses governos era particularmente curta. Entre o gabinete conservador de Bernardo Pereira de Vasconcelos (19 de setembro de 1837) e o gabinete liberal de Cansansão de Sinimbu (5 de janeiro de 1878) passaram-se 41 anos e três meses. O Brasil teve nesse período 27 gabinetes diferentes, com uma duração média de 18 meses cada!

O federalismo, a república, a soberania nacional, a exigência do fim da escravidão foram algumas das reivindicações defendidas quase sempre de armas nas mãos. Quando, por fim, o sistema escravista esborrou-se, em 1888, a monarquia perdeu a razão de existir. A monarquia só se explicava no Brasil pela vigência do escravismo a nível nacional. Abolido um, o outro necessariamente ruiria. E ruiria praticamente à revelia do Partido Republicano, que não participou da luta abolicionista e cuja participação foi mínima nos eventos que levaram à implantação do novo regime. A República veio através de um golpe militar. Desde a guerra do Paraguai, os militares desenvolveram um espírito de casta que os opunha aos políticos, vistos como inevitavelmente corruptos e dedicados exclusivamente a seus interesses particularistas. Por outro lado, os militares viam a si próprios como puros, patriotas e desinteressados, que colocavam os problemas da nação acima das necessidades particulares de qualquer grupo.

Na verdade, os militares tinham também seus interesses específicos. Juntamente com as necessidades de organização de um Exército moderno, disciplinado e bem equipado, os militares representavam as classes médias urbanas (profissionais liberais, religiosos, estudantes, intelectuais, comerciantes, além dos próprios militares) que se desenvolveram muito na segunda metade do século passado e cujos interesses conflituavam com os da elite agrária e mercantil-exportadora e com a forma monárquica de governo.

As questões entre o Exército e o

Trono empurravam inexoravelmente as lideranças mais destacadas da força militar para a ideia republicana. O movimento republicano, cujo marco inicial foi o Manifesto de 1870, era um conglomerado de tendências diversas, polarizadas em torno de duas posições fundamentais. Havia a corrente reformista, liderada por Quintino Bocaiuva: a ala "evolucionista", formada por políticos objetivistas, realistas, que representavam donos de terra, fazendeiros de café e outros membros da elite dominante. Essa corrente reformista, moderada e conciliadora, esperava a morte de Pedro II para implantar a República como resultado de uma evolução pacífica e gradual. Quintino Bocaiuva recomendava "a maior prudência e controle nos meios e processos a empregar". Queria uma "revolução, mas no sentido moral". O outro polo era liderado por Antonio Silva Jardim; era a ala revolucionária do movimento republicano, os idealistas ou românticos. Silva Jardim via na República uma consequência lógica da Abolição. Favorável à tomada revolucionária do poder, ele alertou para que a República não fosse "a monarquia sem o Imperador". Segundo sua noção radical de democracia, "só os homens do povo podem governar os povos! Não pode levar as nacionalidades pelos caminhos da glória aquele que jamais cansou o cérebro no labutar da ideia, ou calejou as mãos no trabalho honrado". Para ele, a República deveria nascer de um movimento insurrecional amplamente popular e não de uma mera quartelada.

Entre estes dois grupos de republicanos históricos oscilava o daqueles que, embora deplorando a moderação de Quintino Bocaiuva, temiam a revolução popular e procuravam apoio na força militar como instrumento para depor a monarquia. Um personagem destacado deste grupo era Aristides Lobo. Finalmente, depois da abolição, um quarto grupo de políticos aderiu ao movimento republicano. Ele era formado por antigos senhores de escravos, descontentes com o fim do regime servil e, mais ainda, furiosos pelo fato de não terem sido indenizados pelo fim de sua propriedade escrava. Entre estes adesistas de última hora figuravam vários políticos destacados do império, como Prudente de Moraes que, como presidente da província de São Paulo, perseguiu propagandistas republicanos e mandou processar, em 1887, vereadores partidários do fim da monarquia.

Foram os "evolucionistas" de Quintino Bocaiuva que prevaleceram no processo que levou ao fim do Império. As ameaças do governo contra o Exército multiplicavam-se; os chefes militares temiam que a monarquia, através da Guarda Nacional (uma força militar controlada pelos políticos, isto é, pelas oligarquias estaduais), dissolvesse o Exército ou o reduzisse

a tamanho inexpressivo. Os republicanos moderados exploraram esses temores e conseguiram atrair para seu lado até mesmo o Marechal Deodoro, figura de enorme prestígio entre os militares e amigo pessoal do imperador. A armação desse esquema militar era necessária para permitir aos moderados o controle da transição para a República, mantendo o povo afastado da luta política. Assim, Rui Barbosa iniciou uma campanha no "Diário de Notícias" em favor do Exército, acusando o governo de haver posto a força militar fora da lei. Assim, o político baiano criava o ambiente propício para o golpe, que ocorreu, afinal, a 15 de novembro; uma manifestação de dois mil soldados, comandados por oficiais republicanos, pretendia apenas o fim do gabinete Ouro Preto e a nomeação de novos ministros pelo imperador, sugeridos em uma lista apresentada pelos revoltosos. Esse movimento que pretendia apenas desagregar o Exército e impor um novo gabinete, desfronou-se com um ministro, o Visconde de Ouro Preto, débil, impotente e desautorizado, e um governo acéfalo, pois o imperador encontrava-se em Petrópolis. Nesta condições, o pequeno grupo de republicanos moderados que participou da conspiração que deu origem ao golpe, forçou Deodoro para a proclamação da República, e o poder acabou sendo empolgado por uma aliança entre setores do Exército, fazendeiros paulistas e representantes das classes médias urbanas. Significativamente, o setor radical do movimento republicano, representado por Silva Jardim e Anibal Falcão, foi marginalizado nesses acontecimentos.

A aliança que derrubou a monarquia era muito débil, contudo. Os grandes fazendeiros moviam-se por razões claramente econômicas. A república, para eles, representava o fim da centralização imperial e a autonomia dos Estados e a possibilidade de impor ao país uma orientação favorável à expansão da economia agro-exportadora. Os militares e a pequena burguesia, ao contrário, viam-se imbuidos da missão de lutar contra as oligarquias regionais, minar seu poder e estabelecer novas bases para a organização política do país. Por isso, eram favoráveis ao fortalecimento do poder central e de sua capacidade de intervenção nos Estados. A história dos primeiros governos republicanos — de Deodoro, Floriano e Prudente de Moraes — é a história do duplo movimento de marginalização dos adversários da elite rural que resolveu esse conflito. No primeiro momento, os militares foram a força dominante na aliança, preconizando a realização de reformas de caráter democrático-burguês muito limitado.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Cronista político, redator do jornal "Retrato do Brasil" e colaborador da "Classe Operária" em São Paulo.



Silva Jardim e Quintino Bocaiuva: duas tendências opostas na luta republicana.



VIDA OPERÁRIA

Descartáveis

—Des... car... Descar o quê?, balbuciou Jaime, voz trêmula, expressão revelando assombro com a história que acabara de ouvir. Era a primeira vez que dizia alguma coisa, em mais de uma hora.

E foi sua pergunta que fez Inácio botar atenção outra vez na sala acanhada, nos móveis maltrapilhos e no jeito meio sonso do amigo. Havia desligado de tudo, para concentrar a idéia apenas no caso que estivera contando a Jaime. Um caso acontecido há trinta anos com o velho Da Luz, seu pai, metalúrgico que nem eles.

Caldeireiro de usina siderúrgica, cantão de Minas Gerais, Da Luz chegara atrasado na chapeira, aquele dia. Não tinha adiantado correr feito doido pelas ruas estreitas de paralelepípedo da cidade, acompanhado pelo amigo Zé Moita. Não. Zé Moita era justamente a razão de seu atraso. Tinha perdido dez minutos esperando agoniado na porta de sua casa, o outro todo cheio de cuidados com a mulher grávida, nove meses.

— Ô, Zé Moita, parece que é você que tá em estado interessante...

Agora não adiantava mais reclamar.

— Da Luz e Zé Moita, vocês que não têm respeito aos horários da firma, vão lá pra aciaria. Tem caçamba trombada precisando de reparo — dissera Branco, o capataz.

Da Luz daria pulos de alegria se o Branco o tivesse encarregado de montar vinte caçambas novas. Ele teria gosto em quebrar a cabeça até descobrir quais eram as chapas mais apropriadas para realizar o projeto, o modo mais perfeito de moldá-las, os pontos corretos para dar as soldas. A caldeiraria é o artesanato da fábrica, e o caldeireiro é o artesão. Ele não produz mercadorias, ele constrói peças e ferramentas que outros operários usarão para produzir em série novos objetos. A profissão induz o homem a ser criativo, a simplificar tarefas que antes levavam muito tempo para serem cumpridas, a melhorar a capacidade de produção.

Já reparar caçambas, como ele estava fazendo agora junto com Zé da Moita era tarefa que dava calafrios só de pensar. Os homens se comprime dentro da própria peça, sob o calor terrível da aciaria. E lá usa-se os músculos, não o cérebro. É preciso lixar, martelar, usar o maçarico. O ambiente retém o calor, o barulho, a poeira, a fuligem, toda a insalubridade do mundo. Só é possível olhar para quatro paredes ou para cima, onde outras caçambas passeiam presas por ganchos ao cabo teleférico, carregando em seu interior toneladas de aço incandescente.

Fora da peça em conserto outros operários trabalham num ambiente de pouca luminosidade, barulho medonho, gritos de lixadeiras por todos os lados. Às vezes erguem-se nuvens de poeira cinzenta do chão até a altura de uns 80 centímetros. Da Luz começou a tossir.

— Vê se larga um pouco este martelo e dá uma arejada lá fora, gritou-lhe Zé da Moita para que pudesse ser ouvido. — Depois é minha vez, completou. Da Luz concordou, rogou mais uma praga contra o Branco e saiu, da caçamba e da seção.

Não voltaria a ver o amigo. Quando preparava-se para retornar, viu que um burburinho tomava conta da aciaria, homens correndo desordenadamente, uma maca que transportava um corpo desfigurado. Soube que o gancho que prendia uma das caçambas ao teleférico rompera-se, e que parte do conteúdo dela derramara sobre o companheiro.

Naquela mesma noite nasceu o filho do Zé da Moita. Da Luz fez longas caminhadas através da cidadezinha escura, matutando muito sobre a estranha relação entre a vida e a morte. Mas algo que ocorreu no dia seguinte o surpreendeu ainda mais, e o fez refletir pela primeira vez sobre a situação de sua classe.

Mal chegou à seção, Branco chegou-se junto a ele e lhe apresentou Manuel, que fora contratado para substituir Zé da Moita. O capataz explicou, meio desenxabido:

— Sabe como é, Da Luz, ao pé da máquina não pode faltar peão. Nós somos uns descartáveis, o importante mesmo é a fábrica produzir. Aliás, hora de trabalhar...

Júlio Viana e Geraldo Hailton

Canavial sangrento

Marco Aurélio Albertim*

Constituição de milícias privadas; destruição de roças dos camponeses; espancamentos com cipó de boi e, sempre que necessário, assassinato de líderes e advogados dos trabalhadores. É este o esquema sinistro montado pelos latifundiários pernambucanos para anular as conquistas salariais obtidas pelos canavieiros a partir de 1979.

Manoel Francisco de Abreu Filho era um trabalhador moço, mas já acostumado às fadigas do oito. Aparentava no máximo trinta anos. Sua mulher, da mesma idade, quando podia ajudava o marido na estrovação das socas de cana. Quando não, ficava em casa lavando roupa e tomando conta dos três filhos pequenos. Para Manoel, o dia amanheceu com gosto de frutas, ainda mais depois da mulher ter dito que acabara o fubá o que não teria o *quarenta*, mistura de pó seco com ossos e gordura de carne. Com bananas no pensamento, Manoel desceu a ribanceira e cortou dois cachos da fruta. As crianças comeram de ser faltar, a mulher foi lavar a roupa cantarolando e Manoel, com a estrovação no ombro, quase não sentia o peso do instrumento de trabalho.

Não passou meia hora e ouviram-se seis estampidos. A mulher saiu correndo em direção ao local, gritando para que as crianças não saíssem de casa. Lá na frente, numa vala, encontrou o corpo do marido ainda gemendo que nem um animal abatido. Tinha três balas calibre 38 cravadas no corpo e mais três na cabeça. Manoel ainda grunhia quando a mulher ouviu do assassino: "Se abrir a boca vai ter a mesma sorte!"

O fato ocorreu em 18 de julho de 86, no Engenho Timorante, município de Amaraji. Paulo Luciano de Melo Bezerra, dono do engenho e autor do crime, continua impune. O delegado da cidade, ao saber do ocorrido, disse apenas: "Já estou sabendo". Além de cioso proprietário de pés de banana, o assassino costuma acozotar trabalhadores no terraço da casa grande. O delegado, por sua vez, "já está sabendo"...

O assassinato torpe de Manoel Francisco não é, porém, um caso isolado. Em 19 de janeiro passado, por exemplo, mais de cinco mil pessoas foram às ruas de Surubim, interior do Estado, lembrar o assassinato de Evandro Cavalcanti. Evandro foi morto em fevereiro de 87. Era advogado de posseiros e vereador em Surubim. Os mandantes do crime continuam soltos sem que se tenha notícias de qualquer ação para capturá-los. Como ele, e como Manoel Francisco, dezenas e dezenas de camponeses foram trucidados ao longo da trilha de sangue do canavial pernambucano. São posseiros, cortadores de cana, delegados sindicais, todos com uma profunda mágoa do latifúndio: não têm terra para plantar.

Salários e martírios

Todo mês de setembro os canavieiros reabrem sua campanha salarial, sob a coordenação da Fetape e Contag. Sem abrir mão da greve, ao fim conseguem a assinatura da Convenção Coletiva de

Trabalho. É aí que começa o cortejo fúnebre.

De 1979, quando os 240 mil trabalhadores da cana pararam pela primeira vez, até hoje, a Convenção Coletiva é assinada contendo alguns avanços, como a proibição do uso de armas por parte dos capangas. Mas é a partir daí que os patrões passam a urdir a sua não-aplicação, uma vez que se beneficiam de uma máquina pilicial dócil ao menor aceno patronal, de uma justiça que se arrasta lentamente na conclusão dos processos (quando existem!), e de uma massa de trabalhadores cujo maior grau de mobilização ocorre apenas nos períodos de greve.

O primeiro passo para o descumprimento dos acordos é a expulsão dos trabalhadores registrados. Suas tarefas são dobradas ou até mesmo triplicadas. Resulta disso uma carga de trabalho impossível, e ao final de seis dias de extenuante jornada recebem apenas dois ou três dias de salário.

Simultaneamente vem a adoção da *milícia privada*, um conjunto de vigias, cabos, administradores, na verdade capangas com revólveres e espingardas calibre 12, além do inseparável cipó de boi.

Clima de terror

Na Convenção é estabelecido que cada trabalhador com mais de um ano de serviço tem o direito de cultivar um pedaço de terra de dois hectares, para seu consumo próprio ou para venda. Mesmo assim, a milícia vem proibindo a plantação, destruindo pés de macaxeira e até matando a reduzida criação de porcos e galinhas. Tudo para dar lugar ao plantio da cana.

Foto: FETAPE



Jangunço armado vigia trabalhadores na Usina Cacau: quando o chicote não basta, o latifúndio apela para o revólver.

Uma outra medida é a proibição de se falar em sindicato e na Tabela de Tarefas do Dissídio Coletivo. Se há insistência, vem o corte do desconto da mensalidade do sindicato. Os camponeses que têm reclamações na Justiça do Trabalho são "exemplados". Vêm os espancamentos com cipó de boi, tiros a esmo na calada da noite, recados ameaçadores para sumirem do engenho, afóra os assassinatos. Assim, está instalado o clima de terror.

Para embaraçar mais ainda a ação sindical, os patrões contratam trabalhadores temporários residentes em outros municípios, mesmo que na zona canavieira. Desse modo está aberto o caminho para a fraude do dissídio coletivo, na medida em que o sindicato do local de trabalho não corresponde ao sindicato ao qual o trabalhador está associado.

"Para acabar de matar"

Cinco dias após a morte do camponês que foi assassinado por ter comido punhado de bananas do patrão, ocorreu no Engenho Retalho, também município de Amaraji, um episódio que caracteriza bem a desenvoltura com que são praticados os crimes. Por ter reclamado de sua tarefa diária, o trabalhador Amaro Inácio dos Santos levou um tiro de revólver e várias perfurações de faca do administrador Manoel Vicente Ferreira. Em seguida o autor do crime foi para casa buscar a espingarda calibre 12 e voltou para o local do assassinato. Olhou em volta e disse para camponeses atônitos: "Voltei para acabar de matar".

Outro caso típico é o de José Rodrigues da Silva, presidente da Fetape. Após denunciar o assassinato de José Soares da Silva, por capangas do grupo João Santos, em fevereiro do ano passado, foi processado por calúnia e difamação. E enquanto a ação contra ele corre aceleradamente numa comarca da capital, a que apura a morte de José Soares permanece empacada no obscuro município de Condado. Coisas do canavial...

*Colaborador da "Classe" em Recife

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

**Nossa Amazônia Ameaçada (II)****Um desastre chamado Balbina**

A hidrelétrica de Balbina é um exemplo típico dos enormes desmandos praticados pelas classes dominantes na Amazônia. Custará 1,2 bilhão de dólares, e causa prejuízos tão graves que o melhor, reconhecem hoje os técnicos, seria esvaziá-la.

Jaime Sautchuk, especial para a "Classe"*

Ao invés de rever o grave erro cometido com a construção da hidrelétrica de Balbina, no rio Uatumã, 176 quilômetros ao norte de Manaus, o governo resolveu montar uma estratégia para tentar mudar a opinião pública a respeito do assunto. Essa estratégia está sendo colocada em prática através da empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte).

Através de matérias pagas, a Eletronorte fez grande alarde para anunciar a entrada em operação da primeira das cinco turbinas de Balbina. Para a solenidade, foram convidados alguns ministros de Estado e o presidente José Sarney, mas eles não compareceram. Nem mesmo o próprio presidente da Eletropaulo, Miguel Nunes, estava presente. Tal é o sentimento de culpa por estarem levando adiante uma obra cara, devastadora e praticamente inútil.

Paralelamente, a Eletronorte anunciou que junto ao enorme lago formado pela barragem de Balbina será criado um parque ecológico. Mesmo que a reserva fosse de fato criada, o mal já cometido não seria reparado. Mas o pior é que, em Balbina, já há uma tradição de explorar a questão ecológica para efeito de propaganda.

Por exemplo: em 1985, o presidente Sarney esteve em Balbina para acionar o botão que, numa grande explosão, desviaria o rio Uatumã para a conclusão das obras da barragem. Naquela ocasião, com grande estardalhaço, foi anunciado o início de um programa de preservação do peixe-boi. No dia, um exemplar de peixe-boi, pertencente ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), foi levado a Balbina e deixado em exposição. No dia seguinte, um avião levou o animal de volta a Manaus e nunca mais alguém viu algum peixe-boi nos tanques construídos em Balbina.

Outro exemplo é o da campanha de resgate de animais durante o período de enchimento do lago. A operação Muiraquitã, realizada de novembro de 1987 a julho de 1988, ocupou 140 homens e salvou do afogamento cerca de onze mil animais. O problema, porém, é que, longe de manter viva toda a fauna local, a operação resgata apenas os animais de maior porte. Além disso, estudos feitos pela própria Eletronorte demonstram que

poucos dos animais resgatados sobrevivem. A mudança de animais para fora de seu habitat, além de desregular sua rotina de vida, cria uma superpopulação em outra área, o que gera disputa por alimentos e a eliminação dos mais fracos.

Dos animais resgatados, poucos sobrevivem por algum tempo

Isso tudo é feito para tentar encobrir o grande desastre que é Balbina, uma usina cuja decisão de construir foi tomada no governo do general Ernesto Geisel. A administração da obra foi entregue à construtora Andrade Gutierrez. Desde o início da construção, em 1979, já era evidente que uma grande sandice estava sendo cometida, mas o autoritarismo do regime militar sufocou as críticas.

Uma comparação com a usina de Tucuruí, no rio Tocantins (Sul do Pará), dá uma idéia da dimensão do estrago feito em Balbina. O lago de Tucuruí inunda uma área de 215 mil hectares e vai gerar, quando completada a obra, oito milhões de quilowatts/hora de energia. Balbina inunda cerca de 250 mil hectares, portanto mais do que Tucuruí, e não vai conseguir gerar nem os

irrisórios 250 mil quilowatts que se previa. É como se fosse perfurado um poço de petróleo para acender uma lâmparina.

Pior: por erro de cálculo, a força da água acumulada nesse enorme reservatório não é suficiente para mover as cinco turbinas que serão instaladas. A alternativa encontrada pela Eletronorte é a de desviar um outro rio, o Alalaú, num canal de 25 quilômetros em plena selva amazônica, para emprestar água ao Uatumã. Para a barragem e o canal do Alalaú, serão gastos mais de 500 milhões de dólares. Somados aos mais de 700 milhões de dólares já gastos em Balbina, obteremos ali o quilowatt mais caro do mundo. Conseguirá ser mais caro até que o da polêmica usina nuclear de Angra dos Reis.

É possível que o solo, agora inundado, seja rico em minérios

Afora o problema do desperdício de dinheiro público, fica evidente em Balbina o descalço para com a questão ambiental. Ninguém sabe direito o que está sendo inundado em Balbina. Pelas contas da Eletronorte, apenas três por cento das espécies vegetais que estão sendo afogadas são conhecidas. Sobre os minérios que podem estar no subsolo, sabe-se menos ainda.

Para completar, o lago de Balbina inunda um terço da reserva dos índios Waimiri-Atroari, que tiveram que mudar duas aldeias de lugar para não ficarem sob as águas. São poucos os Waimiri-Atroari que falam português. E poucos bran-

cos falam a língua deles. Para evitar maiores complicações, a Eletronorte, juntamente com a Fundação Nacional do Índio (Funai), foi curta e grossa na argumentação: mudam as aldeias ou morrem afogados. Os índios mudaram e, em troca, receberam um caminhão para uso nas aldeias e alguns motores de popa.

Os índios tinham um rio, agora têm um canal de águas podres

O mesmo ocorre com as populações que moram à jusante da barragem, especialmente nos 32 quilômetros entre a usina e a cachoeira Morena, onde as águas do Uatumã começam a confundir-se com as do Amazonas. A vida dessa gente sempre esteve em função do rio. Só que a partir de agora o rio não passa de um canal de água podre, poluída num lago que inundou uma enormidade de matéria orgânica. A acidez da água a torna proibida para qualquer tipo de uso. Reconhecendo o drama dos moradores, a Eletronorte perfurou um poço para suprir de água cada um deles.

Diante de uma situação tão grave, uma pergunta acaba sendo inevitável: o que fazer com Balbina? O primeiro passo é ter um governo que tenha coragem de tomar decisões. O segundo é esvaziar o lago e deixar a barragem como uma espécie de monumento à insanidade, devolvendo ao rio Uatumã o seu leito normal, aos índios sua terra e ao Brasil um bom pedaço da Amazônia, inundado por um projeto que não conseguirá abastecer de

energia elétrica nem a metade da cidade de Manaus.

Esvaziar o lago, e transformar a usina em monumento à insanidade

Essa posição é defendida por cientistas e ecologistas, especialmente o físico José Goldemberg, reitor da Universidade de São Paulo. Ele defende a tese de que é muito melhor perder o dinheiro já gasto do que gastar mais numa obra inútil. Há outras alternativas para suprir Manaus de energia elétrica, mesmo mantendo o sistema atual de termoeletricas. Por exemplo: o gás natural descoberto pela Petrobrás no Juruá, a 500 quilômetros da capital amazonense.

O problema de Balbina desperta a atenção para a questão geral do suprimento de energia elétrica, fundamental para o desenvolvimento do País. O Plano 2010 da Eletrobrás prevê a construção de mais de setenta usinas hidrelétricas na Amazônia até o final da primeira década do próximo milênio. A previsão é de que cinco por cento dos 507 milhões de hectares que compõem a Amazônia sejam inundados para a produção de 125 milhões de quilowatts de energia. É mesmo esse o caminho?

Os governos brasileiros parecem tratar da questão da energia com a mesma levianidade com que tratam o problema dos transportes. As estradas de rodagem abertas na Amazônia, como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém e outras, ignoram solenemente o fato de que a região é pródiga em hidrovias. Para se ter uma idéia, o Plano Hidroviário Nacional, que há quase vinte anos dorme em gavetas do Ministério dos Transportes, aponta a possibilidade de um barco ir de Belém, no Pará, a São Paulo por rio.

Da mesma forma que se optou pela rodovia como meio prioritário de transporte, optou-se pela hidreletricidade como meio prioritário de geração de energia. Quem definiu essa prioridade foram as grandes empreiteiras de obras e as multinacionais produtoras de equipamentos para usinas. Falta ao povo brasileiro entrar no debate e definir se é isso mesmo.

*Jornalista, diretor da produtora de vídeo Camera 4 e estudioso dos problemas amazônicos



Obras de Balbina: erros grosseiros nos cálculos impedem as turbinas de girar

Foto: Saruca/Agência F4



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Uma solução pela metade

Certas correntes políticas reconhecem a gravidade da dívida externa, mas procuram resolvê-la através de uma solução de compromisso com os credores. Há um erro básico neste raciocínio.

Agenor da Silva

Dado que tornou-se incontestável o fato da dívida externa brasileira constituir-se no principal elemento determinante da crise e da estagnação econômica no Brasil, há tempos que correntes reformistas procuram uma saída para o problema, contemplando a preservação de chamadas boas relações com o capital financeiro internacional. "Não podemos pagar a dívida, mas não podemos viver sem o capital estrangeiro". "Bom seria se no lugar de empréstimos, viesse para o Brasil somente os investimentos diretos". São estas algumas das teses daqueles que por idealismo ou reformismo arraigado procuram defender a conciliação com os espoliadores da nação.

Reforçados pelos acontecimentos na Venezuela e em outros países da América Latina onde as lutas populares - direcionam-se cada vez mais contra o pagamento de juros da dívida e contra as políticas econômicas impostas pelo FMI, economistas e a imprensa internacional têm acentuado a necessidade de novas soluções para o problema. Recentemente, até mesmo o secretário do tesouro norte americano anunciou um plano de suposta redução das dívidas externas. Como vários bancos já têm vendidos os títulos dos países devedores com um desconto que chega a até 80% do valor nominal, bastaria arquitetar mecanismos para que este desconto fosse apropriado pelos devedores, em troca de "somente" algumas vantagens para o capital imperialista, como por exemplo a conversão de dívidas em investimentos diretos.

Neste quadro, ganhou força a idéia de que agora os credores estão conscientes do peso da dívida externa para os países dependentes e, assim, abre-se espaço para uma negociação mais favorável.

Visão idealista

O PSDB e seu candidato à presidência da República chegam a oficializar sua posição reformista acentuando que "a melhor solução é pagar a dívida segundo seu valor de mercado". Outros pregam que, resolvida a questão da dívida, estaria-

mos em condições de atrair novos investimentos externos para "promover" nosso desenvolvimento.

Trata-se de uma postura idealista e sem bases objetivas. Isto porque o que está em jogo são grandes interesses do capital financeiro internacional. Não foi por acaso ou por mera incompetência dos governos militares que o Brasil se endividou. O endividamento surgiu como uma das formas de exportação de capital que ganhou vulto a partir dos anos 70 por força de fatores objetivos, respondendo às necessidades de contornar a crise por que passa o sistema capitalista-imperialista. O Brasil, já dependente do capital estrangeiro, prestou-se a esta empreitada. A constatação de que a dívida é impagável já é antiga por parte dos credores. Confiar na consciência dos magnatas internacionais é o mesmo que acreditar que os patrões um dia pagarão espontaneamente maiores salários à luz da constatação das péssimas condições de vida dos trabalhadores.

Separação ingênua

A estratégia que os credores estão utilizando é acenar com uma suposta mudança no trato da dívida, e, enquanto se discute, os devedores vão pagando com a fome do povo.

Por outro lado, é ingênua a separação que se faz da dívida das outras formas de domínio externo. É o mesmo capital que realiza empréstimos e investimentos sempre com o único objetivo de obter o máximo de lucros. É certo que as remessas de recursos para o exterior por conta dos investimentos diretos é menor do que aquelas referentes às dívidas (as remessas de lucros representam cerca de 20% do pagamento de juros). Mas há que considerar que a presença direta do capital externo no nosso país constituiu-se em forte base de apoio para o desenvolvimento de inúmeras formas de sugar as riquezas e o trabalho dos brasileiros.

Defendendo a opinião de que esta dívida não pode e não deve ser paga, a tarefa de um futuro governo progressista e popular deve ser a imediata suspensão dos pagamentos da dívida externa.

Ação entre amigos

Foto: Lena Vettorazzo/ "Jornal do Campus"



Cortejada pelas multís, a grande imprensa não vê suas falcatruas

No último dia 27, em plena vigência do "congelamento" as multinacionais que produzem automóveis no Brasil conseguiram um aumento de cerca de 34% nos preços dos produtos que fabricam.

O fantástico feito, que muito pouca gente percebeu, foi possível graças a uma manobra fiscal altamente lesiva às finanças públicas. O governo reduziu de 47% para 32% a alíquota média do Imposto de Produtos Industrializados que incide sobre os veículos. Mas ao invés de rebaixar o preço ao consumidor de forma proporcional, permitiu que as montadoras embolsassem a parcela que antes era recolhida aos cofres públicos. Na venda de um automóvel cujo preço final é de NCz\$ 10.000, as montadoras e seus revendedores faturavam, até o dia 27, NCz\$ 5.300. Depois da decisão do governo, passaram a faturar NCz\$ 6.800.

Uma das condições que tornou viável o golpe foi a completa conivência da grande imprensa. Os jornais diários, que se auto-proclamam defensores da moralidade administrativa, não gastaram uma linha sequer para esclarecer seus leitores sobre uma transação que desfalcara os cofres públicos em cerca de 600 milhões de cruzados a cada ano.

O episódio mostra até que pon-

to é limitado o direito de informação num país com imprensa oligopolizada como o nosso. As multinacionais da indústria automobilística gastam somas astronômicas em publicidade nos jornais, todos os anos. Em contrapartida, exigem que os veículos de comunicação dêem tratamento editorial favorável a todas as suas iniciativas fundamentais.

Prova desta relação corrupta é a foto acima, que evidentemente não foi publicada em nenhum órgão da grande imprensa. Feita pela fotógrafa Lena Vettorazzo, do "Jornal do Campus" da USP, ela

retrata a alegre confraternização-almoço oferecida pela Scania e pela Autolatina a editores responsáveis por acompanhar, nos jornais, as atividades das duas multís. O almoço chegara ao fim, e a fotógrafa teve a felicidade de registrar o edificante momento em que um relações-públicas das multinacionais entregava aos editores alguns prêmios pelo esforço realizado para manter o público bem informado...

Resumo

Igrejas e a dívida

"A dívida externa não deve ser paga." Esta foi a importante conclusão a que chegou em 30/3, e após vários dias de reunião, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil (CONIC). Participaram do encontro representantes das igrejas católica, luterana, metodista, episcopal, presbiteriana e reformada. "A dívida já foi paga", afirma a resolução aprovada.

Fronteiras abertas

Ampliar as operações com o "câmbio livre". Esta foi a decisão principal da reunião do Conselho Monetário Nacional realizada no último dia 30. Além da permissão para que os turistas troquem moedas através do "câmbio livre", que já vigorava, o CMN autorizou também que o sistema seja usado para transferir heranças, doações e pensões ao exterior. Segundo os observadores, o próximo passo é permitir a repatriação mais livre dos lucros das multinacionais.

Teoria e prática

1 bilhão de dólares. Segundo cálculos da Confederação Nacional da Indústria, é isso que o Brasil terá de gastar a mais, em 1989, apenas por conta dos aumentos das taxas internacionais de juros verificados no curto período de janeiro a março deste ano. Embora parte da imprensa brasileira procure garantir que a dívida externa é um problema em vias de solução, os dados concretos apontam para um agravamento do ônus representado pelos juros.

Maquiagem de lucros

Apesar de muito altos, os lucros que os 15 maiores grandes bancos anunciaram haver obtido em 1988 representam apenas uma parcela

do total realmente auferido. É que os bancos maquiaram parte do lucro, transformando-os em "provisão para devedores duvidosos", e evitando assim o pagamento de parte dos impostos devidos. Um dos que foi fundo na aplicação desta artimanha é o Bradesco. Lançou NCz\$ 99,2 milhões como prevenção contra maus devedores, embora suas dívidas em liquidação não passem de NCz\$ 53,5 milhões.

Ganhando com a crise

Um amplo levantamento realizado em S. Paulo pelo Sistema Estadual de Análises de Dados (Seade) revelou que há uma estreita ligação entre estagnação econômica e crescimento dos bancos. Na última década a economia paulista manteve-se estagnada, crescendo a níveis inferiores ao aumento populacional. O fato refletiu-se dramaticamente na indústria, que gerava, em 1980, 45% do Produto Interno Bruto do Estado e ficou reduzida a 38%. Enquanto isso, o setor financeiro quase dobrou sua participação, pulando de 6,83% para 14,16% em 1988.

Mercado cativo

A multinacional sueca Scania, que produz caminhões, tem razões de sobra para temer uma eventual limitação do papel do capital estrangeiro no Brasil. Relatório divulgado no dia 27/3 revela que em 1988 o mercado brasileiro foi, pela quinta vez consecutiva, o maior da empresa, em todo o mundo. O Brasil comprou quase 1/8 do total de caminhões construídos pela fábrica. Superou a Inglaterra e a França.

Outro modelo

Apesar da crise que vitima sua

economia há décadas, os argentinos têm demonstrado grande eficiência em um setor específico — o da energia atômica. Por terem decidido empregar tecnologia própria — ao contrário do que fez o Brasil — eles não só desenvolveram usinas muito mais poderosas e seguras que as brasileiras como também estão transferindo tecnologia para outros países, como Argélia, Peru, Albânia, Cuba, Índia e Síria.

Paraíso dos dólares

Uma pesquisa realizada pela União de Bancos Suíços em algumas das principais cidades do mundo revela a que ponto chegou a desvalorização da moeda e da força de trabalho brasileira. A pesquisa revelou que para o turista que compra em dólares, o Rio de Janeiro é, entre 52 cidades pesquisadas, a segunda mais barata, só perdendo para Bombaim, na Índia. Em compensação, os salários pagos no Rio ocupam o 44º lugar em poder aquisitivo, correspondendo a apenas 7,1% do que se paga em Zurich, Suíça.

Exploração total

Com a participação de seis das maiores multinacionais americanas e do governo soviético foi selada, no último dia 30, a constituição do American Trade Consortium. Trata-se de um acordo que permitirá que multinacionais lá atuantes remetam lucros em dólares para suas matrizes nos EUA, num esquema muitosemelhante ao empregado por estas empresas nos países capitalistas dependentes. A formação iminente do consórcio, com informações detalhadas sobre seu funcionamento, havia sido prevista na última edição da "Classe", em carta de um de nossos leitores.

Apenas a ponta do iceberg

Antonio Martins

Por trás dos 6,09% de alta de preços em março esconde-se algo ainda mais grave. É um descontrole inédito da economia, que compromete o futuro do país e que pode desencadear, a qualquer momento, a hiperinflação.

O presidente Sarney não pôde disfarçar o abatimento estampado em seu rosto quando alguns repórteres o abordaram, no domingo de Páscoa, no aeroporto de Brasília, para perguntar sua opinião sobre as estimativas para a inflação de março, que já sugeriam um índice superior a 6%. Visivelmente amargurado, o presidente enumerou uma a uma as medidas adotadas pelo governo, no âmbito do "Plano Verão" para tentar deter a alta de preços. Em seguida, ensaiou uma explicação para o fracasso: "É preciso fazer uma checagem nesses números", disse ele, aparentando estar realmente convencido de que se havia algum problema era com a estatística, não com o programa econômico do Planalto.

Sarney voltou a insistir no argumento várias vezes, nos dias que se seguiram. Numa reunião ministerial de emergência, em 27/03, ele tentou convencer o ministro João Batista de Abreu a alterar o índice através do qual se calcula a inflação. E no dia 31, quando os 6,09% oficiais foram finalmente divulgados, chegou a insinuar que estaria havendo "sabotagem" no IBGE, o órgão encarregado de computar a alta dos preços.

A perplexidade do presidente tem sua razão de ser. Ao adotar o "Plano Verão" ele colocou em prática, tanto quanto lhe permitiam as condições políticas do momento, o conjunto de receitas preconizadas pelos conservadores para deter a inflação. Ordenou um corte brutal das despesas do Estado com salários, investimentos e obras, afirmando que perseguia a obtenção do *déficit público zero*. E elevou as taxas de juros a patamares antes inimagináveis, para deter a qualquer custo o consumo, e impedir que houvesse pressões para o descongelamento.

A direita garantia: com corte de gastos, a inflação vai ceder.

Os ex-ministros que participaram dos estudos para a adoção do "Verão" — Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen e Otávio Bulhões — chegaram a admitir que ele trazia embutidos componentes

que poderiam levar à recessão. Tanto eles quanto o próprio presidente, porém, afirmaram que este era um mal necessário; é que valia a pena refrear o crescimento da economia por algum tempo, pois poderia-se obter, em contrapartida, a redução drástica da alta de preços, e a sua manutenção em patamares razoáveis por um longo período. "Precisamos liquidar em primeiro lugar a inflação, pois ela é nosso problema número um", chegou a dizer Sarney, numa "Conversa ao pé do rádio".

A partir das duas últimas semanas começaram a surgir, para desespero do Palácio do Planalto, dados que demonstraram com eloquência cada vez maior a fragilidade completa desta teoria. O corte de investimentos parece estar projetando a economia rumo a uma estagnação muito menos controlada e passageira do que previa o governo. Ao mesmo tempo, a alta dos juros gerou pressões fortes e múltiplas contra o Tesouro, abrindo condições mais favoráveis do que nunca para a eclosão de um processo hiperinflacionário.

As verbas diminuem. A produção de aço e energia, também

Os primeiros sinais de alarme surgiram no setor estatal de serviços básicos. Ainda nos últimos dias de março os presidentes da Furnas Centrais Elétricas e da Centrais Elétricas do Sul, duas subsidiárias da Eletrobrás, comunicaram à

imprensa que as regiões Sul e Sudeste do país estão seriamente ameaçadas de racionamento de energia elétrica, já a partir de 1992. O adiamento sistemático da construção de novas barragens, devido a cortes orçamentários, é o motivo do problema. E no caso da região Sudeste ainda há um agravante. A carência de recursos é tão grande que falta dinheiro até mesmo para a instalação da segunda linha de transmissão da hidrelétrica de Itaipu. Como os sistemas atuais estão com sua capacidade sobrecarregada, há riscos reais de ocorrerem seguidos e prolongados blecautes, já no segundo semestre deste ano.

Alguns dias depois foi a vez do presidente da Siderbrás, Moacério Mendes, relatar o estado das usinas siderúrgicas. Ele previu um "crash" na produção de aço pelo país, igualmente devido ao atraso no cronograma de investimentos. Com exceção da Usiminas, as usinas encontram-se impedidas de aplicar em processos de aumento ou modernização da produção. O resultado é catastrófico. Moacério chegou a dizer que poderá faltar aço laminado já em 89, no país. E que o Brasil, que firmou-se há alguns anos como um importante exportador do produto poderá ver-se na contingência de voltar a ser importador de itens siderúrgicos básicos.

Os sintomas de recessão não se limitaram ao setor público, porém. Embora tenha havido, no fim de março, uma pequena recuperação das vendas do comércio varejista, a indústria

deu mostras de acreditar que este é apenas um resultado conjuntural, sem condições de prolongar-se por muito tempo. O Dieese e a Seade divulgaram no dia 29 que sua pesquisa de emprego na Grande São Paulo registrou a perda de 93.000 postos de trabalho em fevereiro. Como em janeiro 100.000 postos já haviam sido desativados, o desemprego aberto na região atingiu 6,9% da população ativa, a maior taxa desde 1985.

Vinte bilhões de cruzados, presente para os aplicadores

Foi também no final de março que começaram vir à luz os primeiros dados concretos a respeito do impacto que as taxas de juros praticadas desde o dia 15 de janeiro provocarão sobre as contas públicas. Eles indicam uma realidade tão ou mais dramática que a prevista pelos críticos do "Plano Verão".

No dia 30, o próprio presidente da Comissão de Acompanhamento do Plano Verão, Cláudio Adilson Gonçalves, encarregou-se de revelar que os juros pagos pelo governo a partir do último choque econômico custarão ao Tesouro cerca de 20 bilhões de cruzados. Trocando em miúdos, isto equivale a dizer que, num momento em que os serviços de infra-estrutura energética são cada vez mais precários, o "Plano Verão" obriga o Estado brasileiro a transferir para os aplicadores no *over*, em

poucos meses, uma soma que seria suficiente para construir 32 linhas de transmissão iguais às que são necessárias para levar à região Sudeste a eletricidade de Itaipu.

Os juros estratosféricos eliminaram inteiramente, como previam os críticos do "Verão", a possibilidade de se obter o *déficit público zero*. A partir do dia 28 funcionários de escalões intermediários dos ministérios econômicos passaram a vazar à imprensa informações segundo as quais o *déficit* chegará a 7% do PIB este ano, quase o dobro do verificado em 87, e provavelmente a mais alta taxa já registrada na história econômica do país.

E a existência de uma enorme dívida interna, e de desconfianças cada vez mais sérias quanto à capacidade do Tesouro em saldá-la é, por si só, uma ameaça permanente de hiperinflação. O volume de recursos aplicados em títulos públicos e em cadernetas de poupança é hoje pelo menos 30 vezes superior à quantidade de papel-moeda em poder do público, segundo dados do próprio Ministério da Fazenda. Qualquer movimento sensível dos aplicadores no sentido de resgatar estes títulos pode ocasionar uma virtual inundação de dinheiro no mercado, deflagrando uma disparada de preços de controle difícilimo.

Os bancos temem virada política, e exigem mais

Nas últimas semanas surgiram sinais de que o temor dos investidores em relação ao resultado das próximas eleições tornou-se mais um agravante no processo. No dia 29 o chefe do Departamento de Operações no Mercado Financeiro do Banco Central, Francisco Amadeu, afirmou que as instituições financeiras já começaram a alegar que pleito é um risco em potencial para suas aplicações e a exigir que o governo as renuncie com taxas mais elevadas, para compensar este risco.

Completa-se, assim, o elenco de conseqüências do "Plano Verão". Depois de golpear ainda mais profundamente os serviços de infra-estrutura fundamentais, de elevar em níveis fantásticos o *déficit público* e o endividamento do Tesouro, e de agravar a ameaça de hiperinflação, ele acabou por transformar o Estado brasileiro em refém dos grandes grupos econômicos, e de suas idiosincrasias políticas.

E já que se falou em eleições, seria bom que as forças progressistas, em seu conjunto, estudassem com atenção esta situação. Ela mostra com clareza onde se chega, quando se toma uma posição radical em relação ao problema das dívidas externa e interna.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Parem os ventos

Isma

A edição de fevereiro do suplê
conhecido jornal francês "Le Monde"
Ismail Kadaré sobre os conflitos naci
históricas das disputas interétnic
encontrarem formas de convivência p
do mundo. O artigo teve ampla rep
(ver matéria à página 19 sobre a
Iugoslávia) justifica sua publi

As tensões étnicas continuam presentes em alguns Estados da península dos Balcãs; notadamente na Romênia e na Iugoslávia. Neste último país, elas se manifestam mais particularmente na região autônoma de Kosovo e opõem albaneses e sérvios. O grande escritor Ismail Kadaré se lança no debate, ele retrata a origem destes enfrentamentos, relembra o contexto histórico no qual eles se alastram mostra que hoje tudo deveria ser motivo de reaproximação entre os povos dos Balcãs.

Nestes últimos tempos, a imprensa mundial evidenciou os contatos feitos entre os países dos Balcãs. Estes contatos testemunham que estes Estados, normalmente considerados como os campeões do desentendimento, se engajaram seriamente na busca de conciliação. Isto não será fácil. Basta lembrar que entre os seis Estados da península, dois (a Bulgária e a Romênia) são membros do Pacto de Varsóvia; outros dois (a Grécia e a Turquia) fazem parte da OTAN, mesmo que esta filiação comum não os aproxime nem um pouco; e os dois últimos (A Albânia e a Iugoslávia) não são signatários de nenhum acordo, e nem por isso são amigos.⁽¹⁾ Esta diversidade política é acentuada pela disparidade de línguas, de crenças e mesmo de culturas. Sobre um espaço relativamente pouco extenso, as quatro principais etnias da península — grega, albanesa, romena e eslava — vivem apertadamente; com línguas muito diferentes, que se escrevem em três alfabetos (latim, grego e cirílico); sem contar com uma multiplicidade de outros dialetos e idiomas. Se nós incluirmos neste quadro a Turquia européia e a minoria húngara, o número destas línguas cresce ainda para duas outras, estrangeiras mesmo em relação ao universo indo-europeu. Num quadro como este, não faltam as psicoses nacionalistas e os enfrentamentos raciais. O grande caldeirão dos preconceitos, dos desgostos, dos projetos de massacre, das vinganças e dos rancores não pára de ferver, prestes a explodir na primeira oportunidade. Assim, o termo "balcanização", por sinal bem empregado, que freqüentemente arpeja os balcânicos, ainda se justifica. Este último e o termo "paio de pólvora", atribuído à península, têm uma ressonância obsedante; e isto a tal ponto que, mesmo quando os balcânicos quiseram refutá-los, a única alternativa que lhes restou foi a de juntar à velha fórmula um simples adjetivo, exortando a "tornar os Balcãs um paio de pólvora molhado". Parece que a imagem de "paio de pólvora" fica fatalmente ligada à evocação da península. Apesar de tudo, e da noção de "fatalidade" ter sido um dia derrubada precisamente nos Balcãs, nós só poderíamos admitir que

esta região esteja fatalmente condenada aos enfrentamentos étnicos e que os esforços dos vários governos por uma reaproximação sejam ilusórios e inevitavelmente levados ao malogro. Muitas crônicas históricas ou literárias acentuaram a divisão proverbial dos habitantes dos Balcãs, mas sua tendência de reaproximação também é importante. Certamente a reaproximação e a paz nos Balcãs, como em qualquer lugar do mundo, sempre foram menos espetaculares do que os conflitos; e é por isso, injustamente, inclusive, que eles só ocupam na crônica balcânica um lugar modesto. Esta tendência à reaproximação não é uma simples aspiração. Ela constitui uma realidade comprovada. Mesmo quem conhece um pouco dos Balcãs tem plena consciência de que os povos balcânicos têm afinidades e pontos comuns muito fortes em questões fundamentais. Eles têm uma visão análoga da vida e da morte; eles têm também costumes, códigos morais, traços típicos tradicionais e canções populares muitos parecidos, para não dizer muitas vezes comuns; como são também os traços de sua psicologia e de sua personalidade. E estas afinidades não são genéticas (ao contrário de muitas regiões do mundo, nos Balcãs as principais etnias se misturaram muito pouco), elas são principalmente resultado de uma longa vizinhança e, desta forma, da interpenetração das culturas.

Sob o jugo do Império Otomano

É este substrato cultural interbalcânico que conduziu numerosas personalidades da península a sugerirem aos governos da região a se apoiarem sobre as características comuns. Somente desta forma a ação política entre os países dos Balcãs pôde ser coroada de sucesso. Na verdade, estes povos eram mais próximos uns dos outros antes do século



No mapa a Albânia e a Iugoslávia com suas repúblicas.

XX. Muitos poderiam explicar este fato pelo peso da calamidade que lhes era comum: o jugo do Império Otomano. Mas esta explicação é incompleta. O jugo comum ao qual eles eram submetidos deveria levá-los a formar um bloco, mas num império plurinacional, que utilizava a palavra de ordem "divide e impera", o jugo estrangeiro resultava mais em sua separação do que na sua união. A reaproximação entre os balcânicos foi produto espontâneo da civilização interbalcânica. As figuras mais eminentes da península criaram, sobretudo no século XIX, uma tradição de compreensão entre os balcânicos. Ilustres poetas e sábios gregos e albaneses, eslavos e romenos colocaram seu espírito a serviço deste objetivo. Desta forma, eles se empenharam em confirmar que, em última análise, eles eram habitantes de uma península antiga, onde os gregos antigos, exorcizando de sua consciência a antiga destruição de Tróia, teriam atestado, pela primeira vez na história, que um povo não pode ter consciência se subjugado outro. Naturalmente, o quadro de relacionamentos entre os povos desta região nunca foi idílico. As intrigas e as divisões não faltaram como em todo o mundo; mas com o tempo, no lugar de se atenuarem, elas se acentuaram, até chegar ao seu máximo exacerbamento no século XX. Este fenômeno se agravou, paradoxalmente, na época em que os povos balcânicos se separaram do Império Otomano. Seria muito mais poesia do que realismo político justificar este fato pela longa noite de cinco séculos de que eles acabavam de sair ou que suas consciências ainda confusas estavam cheias de angústias. De qualquer forma, é na longa ocupação pelo grande império da época, ou mais exatamente na sua longa coexistência com ele, que nós poderíamos buscar as raízes desta violência. As relações dos balcânicos com o superestado Otomano eram revestidas de um caráter ao mesmo tempo dramático e paradoxal. Desde os primeiros confrontos, as duas partes compreenderam que suas relações mútuas teriam características específicas. O império dos Otomanos, heterogêneo e dantesco, logo sentiu que precisava do homem balcânico, vigoroso e ambicioso, inteligente e bravo, audacioso e aventureiro. Misturando um novo, realmente perigoso, mas de uma vitalidade extrema, ele reativaria suas

artérias às vésperas de novas conquistas. De outro lado, as castas balcânicas viram se abrir no seio do Império os espaços que lhes faltavam em seus estreitos limites e maiores possibilidades de fazer carreira e satisfazer suas ambições. Os Otomanos souberam, então, habilmente combinar o conflito e a coexistência, a tragédia e o banquete. Eles ofereceram aos balcânicos altos postos, muitas vezes os mais altos e mais decisivos, como os de primeiro-ministro chefe das Forças Armadas e da diplomacia. Eles deram o gosto do poder aos balcânicos, e isto no seio de um Estado com dimensões fabulosas. Da mesma forma, as antigas e novas castas foram imbuídas de um elitismo sem precedentes, que faziam ciúmes aos próprios governantes turcos. Nesta ascensão ao poder, se distinguiram principalmente os albaneses, aos quais foram confiadas as mais altas funções, que durante longos anos praticamente dirigiram o Império, depois os gregos e os judeus que ocuparam postos-chaves na economia, diplomacia etc. Esta corrida aos altos postos provocou nas castas balcânicas, mas também nas camadas populares, uma vaidade que s

— FÉVRIER 1989 — LE MONDE DIPLOMATIQUE

POUR UN APAISEMENT Que cessent

LES tensions interethniques demeurent vives dans quelques tats de la péninsule des Balkans; notamment en Roumanie et en Iugoslavie. Dans ce dernier pays, elles se manifestent plus particulièrement dans la région autonome du Kosovo et opposent Albanais et Serbes. Le grand écrivain Ismail Kadaré s'engage dans le débat, il étresse l'origine de ces affrontements, rappelle le contexte historique dans lequel ils ont pu s'épanouir et montre que tout devrait aujourd'hui rapprocher les peuples des Balkans.

Par ISMAIL KADARÉ *

CES derniers temps, la presse mondiale a fait état de divers contacts entre les pays des Balkans. Ces contacts témoignent que ces Etats, souvent considérés comme des champions de la désunion, se sont étonnement engagés dans la recherche de la concorde. Cela ne sera pas facile. Il suffit de rappeler que, sur les six Etats de la péninsule, deux (la Bulgarie et la Roumanie) sont membres du Pacte de Varsovie; deux autres (la Grèce et la Turquie) font partie de l'OTAN, encore que cette affiliation commune ne les rapproche guère; et les deux derniers (l'Albanie et la Yougoslavie) ne sont signataires d'aucun traité, sans pour autant être amis.⁽¹⁾ Cette diversité politique est accentuée par la disparité de langues, de croyances et même de cultures. Sur un espace relativement peu étendu, vivent à l'écart les quatre principales ethnies de la péninsule — grecque, albanaise, roumaine et slave — avec des langues très différentes (latin, grec et cirillique), sans compter une multitude d'autres dialectes et idiomes. Si l'on ajoute à ce tableau la Turquie d'Europe, ainsi que la minorité hongroise, le nombre de ces langues s'accroît encore de deux autres, étrangères à l'univers indo-européen. Dans un tel décor, les psychoses nationalistes et les affrontements raciaux ne manquent pas. Le grand chaudron des préjugés, des dégoûts, des projets de massacre, des vengances et des rancunes ne cesse de bouillir simple équilibre, en exhortant à faire des Balkans une poudre mouillée. Il semble que l'image de la « poudre » reste fatalement liée à l'évocation de la péninsule. Malgré tout, bien que la notion de « fatalité » ait vu le jour précédemment dans les Balkans, on ne saurait admettre que cette région soit fatalement condamnée aux frictions interethniques et que les efforts des divers gouvernements en vue d'un rapprochement soient illusoirs et inutilement voués à l'échec. Beaucoup de chroniques historiques ou littéraires ont surtout mis l'accent sur la division proverbiale des habitants des Balkans; mais tout aussi importante est leur tendance à se rapprocher. Certes, le rapprochement à se faire dans le monde, ont toujours été moins spectaculaires que les conflits, et c'est pourquoi, injustement d'ailleurs, ils n'occupent, dans la chronique balkanique, qu'une place modeste. Cette tendance au rapprochement n'est pas une simple aspiration. Elle constitue une réalité attestée. Qui connaît tout soit pour les Balkans a pleinement conscience que les peuples balcânicos ont des affinités et des points communs très nombreux et très importants. Ils ont une vision analogue de la vie et de la mort; ils ont aussi des coutumes, des codes moraux, des traços típicos tradicionais e canções populares très ressemblants, pour ne pas dire de la même nature, comme le sont

type parti
teque emp
vie qu'il a
kanique, v
ligent et l
rou. En s
effectives
vitalité s
artères, à
conçues.
kaniques v
de l'impé
quient de
de plus va
rière et de
Les Ot
ment con
tence, la
offrent a
postes, p
les plus d
mier min
la diplom
niques le

Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

Fac-símile do "Le Monde Diplomatique"

o nos Balcãs

os chauvinistas

Kadaré*

o "Le Monde Diplomatique", do
publicou este artigo do escritor albanês
na Iugoslávia. Kadaré explica as raízes
conclamam os povos dos Balcãs a
nessa importante e estratégica região
na Europa e a atualidade do tema
ação do massacre de albaneses na
no Brasil. (Nota da Redação).

disturava ao patriotismo. Era natural
de esta corrida desastrosa fosse
acompanhada dos mais diversos
sentimentos secretos: ciúme, raiva,
inveja, complexo de inferioridade,
ambição, complexo de grandeza... E quando o
Império foi obrigado a se deslocar para
o Oeste e os povos balcânicos
conquistaram sua liberdade, estas
inveja e estes fantasmas subsistiram.
estes sentimentos para o chauvinismo
estava um passo.
os balcânicos, como normalmente nas
relações com população pouco numerosa,
complexos de inferioridade e de
superioridade devem ter jogado um
papel importante na formação das
ideologias chauvinistas. Mas enquanto o
sentimento de superioridade alimenta
na indiferença que pode chegar ao
desprezo (lembramos da atitude quase
generalizada em relação aos Tziganes), o
complexo de inferioridade alimenta uma
atitude mórbida e incessante. Enquanto
as etnias nos Balcãs estão em
confronto, é o complexo de
inferioridade, mesmo de forma
disfarçada, que leva ao mais agressivo
chauvinismo.
a península tem todos os exemplos
destes tipos de relações. Entre os povos

ANS LES BALKANS

ents chauvins

Il était naturel que cette course fustive
fût accompagnée de sentiments secrets
des plus divers : jalousie, haine, ambi-
tion, complexe d'infériorité, manie des
grandesurs, etc. Et lorsque l'Empire dut
reculer vers l'Est et que les peuples bal-
caniques conquérèrent leur liberté, ces
inveja e estes fantasmas subsistèrent.
De ces sentiments au chauvinisme il
n'y avait qu'un pas.

Constitution de 1974. Une telle accusa-
tion est absurde, leur insistance pour le
maintien de la Constitution (e
l'occurrence conque par Tito, fonda-
teur de la Yougoslavie actuelle) est
tout au plus être taxée de conserva-
trice, mais pas de déstabilisatrice
terme absolument inapproprié.



vizinhos, dois dos mais velhos, os gregos
e os albaneses, apesar de tudo, não
alimentam complexos uns em relação
aos outros. Eles tiveram boas relações,
excetuando alguns esporádicos e breves
excessos. As duas partes são, portanto,
portadoras de grande fidelidade. Os
gregos, em razão de seu passado antigo
os albaneses por sua origem ilírica e
pelos altos postos que ocuparam no
Império. Talvez, por este orgulho, estes
dois povos, bastante suscetíveis,
acabaram estabelecendo suas relações
sob o signo do respeito mútuo.

O drama de Kosovo

Bastante diferente, infelizmente, é o
quadro das relações albanês-sérvias.
Delicadas por tradição, nos últimos
tempos elas estiveram bastante
oscilantes(2). As recentes manifestações
dos sérvios e dos montenegrinos, depois
dos albaneses de Kosovo, são apenas
uma parte deste triste quadro. A opinião
sobre estes acontecimentos tem sido
normalmente parcial. As manifestações
sérvias e montenegrinas foram julgadas
positivas e consideradas como a
expressão da voz das massas etc.,
enquanto as reuniões dos albaneses eram
descritas como tendo um caráter hostil,
anti-revolucionário etc. Esta é uma das
várias discriminações das quais
reclamam os albaneses da Iugoslávia. A
imprensa, o rádio, a televisão ofendem
ininterruptamente este povo, para
justificar, como dizem os albaneses, a
repressão exercida contra eles. Isto
segundo uma fórmula que logo será bem
conhecida: "provocação, exacerbação e
repressão". Não foi por acaso que
recentemente a televisão iugoslava
elogiou o acadêmico sérvio Vasa
Cubrilovic, autor de um infame projeto
de genocídio contra os albaneses, o
qual, segundo estes últimos, deveria
levá-lo a comparecer perante o tribunal
de Nuremberg. Efetivamente, nós
poderíamos perguntar que país do
mundo concederia um acadêmico por
ter proposto a destruição total de dois
milhões de seus próprios concidadãos?
Hoje fala-se muito do drama de
Kosovo. É inegável que existe um drama
Kosovo, mas é conveniente ver quem
realmente vive este drama e quem o
transforma em espetáculo. Os sérvios
querem posar de vítimas dos albaneses;
estes últimos defendem o contrário. É
inacreditável que uma população que
tem o poder das Forças Armadas e da
policia, como é o caso dos sérvios, seja
oprimida por uma outra que a policia e
as Forças Armadas controlam dia e



Policiais sérvios espancam manifestante da etnia albanesa em Kosovo.

noite. E, de fato, as prisões estão cheias
de presos políticos albaneses. Os sérvios,
para provar que são vítimas de
perseguições por parte dos albaneses,
invocam o êxodo da população sérvia
de Kosovo, enquanto estes últimos
dizem que estes deslocamentos obedecem
a motivos principalmente econômicos.
Mas ninguém fala do êxodo dos
albaneses, que é muito mais importante
do que o dos sérvios.
Segundo os sérvios, a intimidação
albanesa é exercida em primeiro lugar
pela violência sexual contra as mulheres
sérvias. Ora, os albaneses, bastante
conhecidos nos Balcãs por seu código de
honra — que condena com particular
severidade todos os excessos sexuais —,
sentem-se profundamente ultrajados
com tal acusação. Ao mesmo tempo
que, sempre seguindo o critério de "dois
pesos, duas medidas", um albanês que
violenta uma mulher sérvia é condenado
a 14 anos de prisão, enquanto que pelo
mesmo ato contra uma mulher albanesa,
um sérvio recebe uma pena de somente
três anos de prisão.
Os albaneses, na Iugoslávia, foram
ainda acusados de procurar
desestabilizar a Federação, e isto por
causa de sua oposição, durante estas
últimas manifestações, a toda
modificação da Constituição de 1974.
Tal acusação é absurda, sua insistência
para manter a Constituição (na ocasião
aprovada por Tito, fundador da atual
Iugoslávia) pode até ser taxada de
conservadora, mas não de
desestabilizadora, termo absolutamente
inadequado.
É evidente que hoje existem forças
desestabilizadoras na Iugoslávia, mas
será vão buscar estas forças no lugar
errado. As forças desestabilizadoras são
justamente as que, com um caráter
mórbido, alimentam os ventos
chauvinistas, o que não é difícil de fazer
nos Balcãs. Os albaneses sentem-se
particularmente atingidos quando se faz

qualquer alteração em sua história e pela
negação de sua autoctonia. Os sérvios,
por exemplo, têm prazer em dizer que
Kosovo é o berço da sérvia, mas os
albaneses entendem que este território
também pertence a sua história. O
século XIV é julgado pelos sérvios como
mais determinante do que o XIX,
quando o drama da nação albanesa teve
justamente Kosovo como teatro
principal. Os albaneses respondem que
este foi um tempo em que os sérvios
estavam absolutamente fora dos Balcãs,
antes do século VIII, quando os
albaneses já estavam solidamente
implantados.

Toda esta manipulação da história não
conduz a nada. Será vão esperar que
repetindo várias vezes uma mentira ela
se tornará verdade. Quando os
balcânicos falam em reaproximação eles
destacam sempre os "pontos de
amizade". Os povos da península têm
um lema comum sobre o sacrifício a
fazer na base de um ponto em
construção procurando assegurar sua
solidez (3). No caso, o objeto deste
sacrifício, que deve ser enterrado para
sempre nos fundamentos do ponto da
reaproximação, deve ser o chauvinismo.

NOTAS

(1) Cf. dossiê "Les Balkans, vibrante
et fragile mosaïque", "Monde Diplo-
matique", janeiro, 1989.

(2) Cf. "La Yougoslavie en proie aux
démons du nationalisme", de Juan
Fernandez Elorriaga, "Le Monde Di-
plomatique", dezembro, 1988.

(3) Cf. Ismail Kadaré "le Ponteoaux
trois arches", Flayard, Paris, 1981.

CDM
Fundação de Documentação e Memória
"Os ventos de chuva" e "O
dossiê H", que acaba de publicar pela
Editora Fayard, Paris, com tradução de
Jusuf Vrioni.

A batalha contra o pelego Magri

Lejeune Mato Grosso*

O movimento sindical defensor das concepções classistas, de luta e combativo, está chamado a enfrentar uma das suas maiores batalhas dos últimos anos. No próximo mês de setembro ocorrerão eleições para renovar a diretoria do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, cujo presidente é Antonio Rogério Magri, velho conhecido dos trabalhadores brasileiros por suas posições entreguistas, conciliadoras e de traição às lutas da classe operária.

Essas eleições, com certeza uma das mais importantes deste ano de 1989, terão uma dimensão nacional. Não somente pela importância estratégica da categoria que o sindicato representa — a dos eletricitários da maior cidade do país —, mas também pelo fato de que estarão em disputa concepções sindicais diametralmente opostas.

Categoria estratégica

O número de trabalhadores eletricitários da base da entidade situa-se hoje na faixa de 25 mil, sendo que desses quase 20 mil são sócios da entidade. A categoria dos eletricitários paulistas integra a categoria profissional dos urbanitários, que congrega também empregados das empresas de saneamento básico, controle de meio ambiente e produção de energia (gasistas, além da elétrica e nuclear). São trabalhadores de áreas consideradas essenciais e estratégicas da economia brasileira.

O Sindicato dos Eletricitários de São Paulo é o maior do Brasil e um dos maiores da América Latina. Possui uma considerável capacidade de articulação intersindical, que não se pode subestimar em momento algum. A presidência dessa entidade está hoje nas mãos de um dos maiores pelegos que este país conhece na atualidade, uma figura que se coloca hoje como maior defensor do "sindicalismo de resultados".

Quem é Magri?

A ação perversa do cidadão Antonio Rogério Magri é prejudicial aos trabalhadores não apenas pelo fato dele estar vinculado ao sindicalismo americano, como ainda pelo fato da sua prática cotidiana ser das mais corruptas e nocivas.

Ao entrar para o sindicato, no ano de 1977, ele era um

simples trabalhador de base da Eletropaulo. Possuía, se muito, uma casa própria. Hoje, sabe-se que o patrimônio pessoal de Magri alcança vários milhões de dólares, com casas e apartamentos, casa na praia, carros, etc. Isto sem falar no seu salário na empresa, hoje na faixa de NCz\$ 2.165,65. Ou na "ajuda" de custo que ele recebe do sindicato, mais outra "ajuda" da CNTI, da qual é diretor, na faixa de NCz\$ 1.332,64, aos quais acresce cerca de mil dólares por mês que ganha do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), entidade criada pelo imperialismo norte-americano com a finalidade de corromper sindicalistas na América Latina. Citamos tão-somente o que é comprovável e totaliza NCz\$ 5.288,29 por mês.

O trabalho de Magri é orientado contra os trabalhadores, compreendendo a tentativa de corromper entidades e sindicalistas com a sua tão famosa "mala preta". É essa mesma "mala" que também financia eleições sindicais importantes, sempre apoiando as concepções mais atrasadas e pelegos que se pode imaginar. Tudo isso sem falar no **gangsterismo** sindical, com a constante contratação de capangas e leões de chácara para dar guarida à atuação da direita no sindicalismo.

Não bastasse isto, o senhor Magri ainda procura articular e participar de "pactos" espúrios com governo e patrões, "pactos" ditos "sociais", que, na verdade, nada mais são do que reuniões que visam de forma descarada a arrochar ainda mais os salários dos trabalhadores brasileiros.

Sindicalismo americano

Vale lembrar que o sindicalismo americano, ao qual Magri serve, fincou raízes no Brasil a partir da década de 60, quando foi instalado no país o ICT, Instituto Cultural do Trabalho, organismo que tem apoio declarado e aberto da Central Sindical americana AFL-CIO (American Federation Labor-Central Industrial Organization). Essa organização sindical envia anualmente centenas de milhares de dólares para financiar esse instituto, cujas atividades, entre outras, está a de ministrar curso de "formação" sindical. Os seus alunos mais aplicados o ICT presenteia com viagens ao Centro "George Mining" nos



Estados Unidos, para cursos mais aprofundados, por cerca de 40 dias, com viagens, estadia, alimentação pagas e mais uma diária para gastos extraordinários em torno de US\$ 30,00 (hoje cerca de NCz\$ 60,00 no paralelo).

O maior representante dessa concepção americana de sindicalismo em nosso país é Antonio Rogério Magri. As suas idéias ganham amplos espaços nos meios de comunicação de massa brasileiros, exatamente por serem nefastas ao movimento sindical. Isso é tão verdadeiro, que mesmo o seu obscuro e inexpressivo assessor sindical, Aloysio Azevedo, considerado "ideólogo" do "sindicalismo de resultados", possui coluna permanente no jornal "O Estado de S. Paulo" e constantemente dá declarações aos jornais brasileiros como "especialista" em sindicalismo. O próprio Magri já ganhou páginas inteiras nos jornais da burguesia para abrir baterias contra os sindicalistas mais combativos e para apresentar as suas idéias. Entre as suas concepções, estão as da privatização das empresas estatais, apoio à presença descarada das multinacionais e do capital estrangeiro no Brasil, defesa do lucro e, portanto, da exploração do trabalho, contra a estabilidade no emprego, a favor do plurissindicalismo, entre outras.

Na greve geral do dia 20 de agosto de 1987, atacou decisivamente a realização da greve, somando-se ao que há de pior no movimento sindical brasileiro para tentar sabotá-la.

A Chapa de Oposição

Dentro desse quadro, cabe aos sindicalistas mais combativos e a todos aqueles que se colocam no campo da oposição à prática e às concepções do atual presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo articularem uma chapa única de oposição para concorrer às eleições no próximo mês de setembro.

O espectro de forças que deve compor essa chapa deve ser o mais amplo possível. Isso significa a participação de companheiros sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores - CUT, da Corrente Sindical Classista - CSC e dos independentes, desde que todos eles tenham representatividade na categoria.

Dessa forma, o processo de formação da chapa deve se dar por convenções regionais de locais de trabalho, onde os pré-candidatos à direção da entidade concorram às eleições e a própria chapa seja formada de forma definitiva em uma grande convenção com maciça participação dos trabalhadores eletricitários paulistas. Essa convenção, a ser realizada em maio, deverá servir também para fechar o programa final de chapa, a sua plataforma de trabalho, os seus compromissos políticos, as questões do método e estilo de trabalho que deverá ser adotado pela entidade a partir da vitória da chapa oposicionista e, finalmente, referendar os nomes indicados para as convenções regionais de locais de trabalho.

Perspectivas de vitória

São amplamente favoráveis as condições de uma chapa única de oposição à atual diretoria sair vitoriosa nas próximas eleições sindicais deste ano. Isso porque o sentimento entre os trabalhadores é mudancista, ou seja, a categoria quer dar um basta ao reinado deste que é, com certeza, um dos maiores traidores da classe operária do país.

O movimento sindical brasileiro precisa estar de olho nestas eleições sindicais. As entidades combativas, as lideranças de trabalhadores comprometidas com o avanço das lutas do povo, a CUT, a Corrente Classista, enfim, todos devem não só acompanhar essas eleições, mas delas participar ativamente, dando apoio político, material e humano, contribuindo de todas as formas possíveis para a vitória da chapa de oposição.

Temos a plena convicção de que, se deixarmos de lado algum sectarismo que ainda possa existir em nosso trabalho cotidiano, se marcharmos unidos e coesos, todas as forças progressistas, classistas e combativas que atuam na categoria, poderemos ter a possibilidade concreta e real de, a partir do final deste ano, estarmos na direção do maior sindicato de eletricitários deste país.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Professor universitário,
Fundação Maurício Grabois pós-graduando
em Filosofia pela PUC-Campinas,
colaborador da Classe Operária

A participação operária na greve

Foto: Arquivo

Sérgio Barroso*

Numa conjuntura política efervescente, que intercala o resultado das eleições municipais com a sucessão presidencial, sufocada pelo disparo da bomba-relógio da dívida externa, a greve geral de março catapultou o movimento operário e sindical a um novo papel.

A grande vitória da greve geral, que atingiu maciçamente a maioria das capitais e avançou por inúmeras cidades do interior, espalha alegria e entusiasmo. Ela faz crescer a confiança na unidade para a luta e aponta claramente uma disposição de combate do proletariado.

Governo condenado

Além do caráter massivo da mobilização de 14 e 15 de março, dois aspectos chamam a nossa atenção. O primeiro foi o contundente sentido de **condenação ao governo Sarney**, que empolgou centenas de milhares de trabalhadores e populares. Em Belo Horizonte, cerca de 20 mil manifestantes aplaudiam estrepitosamente os discursos radicais que atacavam o FMI. Em Blumenau, pela primeira vez na história, a greve dos 25 mil têxteis conquistou o apoio de toda a cidade, que repudiou o plano verão, Sarney e Cia. No Rio, mesmo em bairros periféricos, milhares de populares ajudavam os piqueteiros a fechar as poucas lojas e agências bancárias em funcionamento. Foi ainda no Rio que piqueteiros da Corrente Sindical Classista, com um boneco representando Sarney, recebiam apoio massivo do povo, que vaiava o pre-



Apesar de intimidação do Exército, ferroviários param a Central do Brasil no Rio durante a Greve Geral, movimento que surpreendeu pelo alto grau de adesão

sidente. O governo corrupto e entreguista foi literalmente trucidado nas ruas do país inteiro, num "acerto de contas" político generalizado e de massas!

Consciência operária

A greve geral destacou a participação da classe operária, e mesmo manifestações de **resistência radicalizada** do proletariado nas fábricas. Em

São Bernardo, cerca de 120 mil operários — numa base de 140 mil — aderiram ao movimento. Em Salvador as manifestações e a greve envolveram têxteis, metalúrgicos, petroquímicos, químicos, trabalhadores na indústria de bebidas, em empreiteiras, na construção civil, petroleiros, a zona industrial de Candeias e São Sebastião e de Aratu, somando cerca de 30 mil proletários. Em Belo Horizonte e Contagem, as principais metalúrgicas e siderúrgicas pararam.

Em Porto Alegre os metalúrgicos lideraram a greve, que parou também as indústrias de Canoas e Caxias do Sul e os petroquímicos e portuários, entre outros. Em São Luís (MA), 4 mil metalúrgicos da Alcoa cruzaram os braços já no dia que antecedeu à greve. No Pará e no Piauí os operários da construção civil tiveram atuação de destaque nas capitais. Em Aracaju os petroquímicos, têxteis, mineiros, petroleiros e trabalhadores da indústria de cimento (Voto-

rantim) foram ponta de lança da mobilização.

Grandes indústrias metalúrgicas e químicas pararam total ou parcialmente em São Paulo. E a adesão foi expressiva entre os proletários de Campinas, Ribeirão Preto e Americana, particularmente. Do mesmo modo os operários de Volta Redonda e Niterói mantiveram a greve pelos dois dias.

Dirigentes e ativistas sindicais se "espantavam" com a facilidade da adesão à greve pela classe operária e o nível de organização interna e radicalização da luta em vários pontos do país. Da invasão de fábricas ou mesmo da continuidade da greve em vários setores, após o dia 15, o que vem se revelando é um **crescimento incomum** da organização, consciência e combatividade do proletariado brasileiro.

Importantes desdobramentos

O pós-greve demonstrou mais uma vez a estupidez e a cegueira do governo, da grande imprensa e da grande burguesia. Sarney afirmou: "A greve fracassou. Os trabalhadores demonstraram confiança no governo. Agora sinto-me com maiores responsabilidades diante dos trabalhadores". A Fiesp, o "Estadão" e a "Isto É/Senhor" subestimaram a adesão à greve.

No entanto, a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, acelerou a discussão sobre as perdas salariais. Em reunião com empresários e trabalhadores, contrapôs aos miseráveis 7,17% de reposição oferecidos por Eulálio Vidigal e Della Mana, o índice de 15,18%, em média e admitiu melhorar a proposta. Os representantes da CUT, CGT e CSC rejeitaram a oferta. Os empresários retiraram-se das negociações porque querem repassar o reajuste salarial para os preços.

O discurso patronal e governamental busca, explicitamente, uma espécie de "união nacional", um acordo "neste ano de sucessão presidencial", alegando a preocupação com a "estabilidade das instituições democráticas". Abordou também a necessidade de "tratarmos de temas da maior importância para a nação, como a dívida externa, o déficit público e a livre negociação"...

Na verdade, a greve geral evidenciou o processo de desmoralização do governo Sarney. Ajudou o conjunto dos trabalhadores (particularmente a classe operária) a dar mais um salto na sua consciência política, que avança com rapidez.

"Montaram uma farsa eleitoral na Contag"

"Não vamos votar nessa chapa. Não podemos apoiar uma diretoria que rasgou as resoluções do histórico 4º Congresso da Contag, vamos denunciar a farsa que eles estão montando e trabalhar nacionalmente pela realização de congressos estaduais e nosso 5º Congresso nacional para reverter toda situação de atraso em que se encontra a direção do movimento sindical rural."

O desabafo é do secretário geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia — Fetag-Bahia —, Wilson Martins Furtado, ao defender o boicote dos sindicatos à eleição para a próxima diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag — marcada para os dias 6 e 7 de abril.

Depois de ter dado um exemplo ao sindicalismo brasi-

leiro, transformando-se na primeira Confederação Nacional de Trabalhadores a realizar eleição de diretoria em congresso, em 1986, a Contag deu "um grande passo atrás", na avaliação de Wilson Furtado, por manobras de uma diretoria que a cada dia se aproxima mais do desmoralizado e corrupto governo Sarney e se afasta dos trabalhadores rurais. As manobras "continuistas" resultaram na decisão do Conselho de Representantes de marcar eleições de urna, impedindo assim o necessário debate sobre a atuação da atual diretoria e sobre os rumos do movimento sindical no campo.

— Essa atual diretoria teve medo do debate, percebeu que perderia espaço num congresso em que pudéssemos discutir e questionar sua ação a cada dia mais pelega — acusa o se-

cretário geral da Fetag-Bahia. Wilson Furtado desmascara o argumento econômico utilizado para a não realização do congresso eleitoral, lembrando que em 86 as condições financeiras das entidades eram ainda piores e não se tinham governos democráticos nos Estados, que podiam ajudar sem que houvesse qualquer comprometimento da ação da Contag.

Além de rasgar as resoluções do 4º Congresso — que aprovou eleições em congresso, inclusive para a Fetag — a direção da Contag promoveu também uma redução da participação dos sindicatos no pleito. Por decisão do Conselho de Representantes, da eleição de abril participaram os sindicatos filiados e que estejam quites com suas contribuições às entidades gerais. Isso, se-

gundo Wilson, além de ser um absurdo, inviabiliza a participação da maioria dos STRs. Na Bahia, segundo suas informações, somente enquadraram-se no critério de participação um terço dos 327 sindicatos rurais existentes no Estado.

Wilson furtado acredita, entretanto, que a ação das Fetags e sindicatos que se opõem à atual diretoria e as suas manobras eleitoreiras-continuistas, surtirá efeito. Na Bahia a parcela da diretoria da Fetag, que apóia o boicote às eleições deste mês, lutará para que a votação da chapa situacionista — única — seja mínima, aumentando o significado da derrota por ser o candidato a presidente da chapa pelega um antigo, Aloiso Carneiro, conhecido carreirista que se aliou aos setores mais atrasados do movimento sindical rural brasileiro.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

*secretário-geral da Corrente Sindical Classista

A ganância ilimitada da burguesia

Ricardo Avelar*

O fracasso do plano verão é evidente, mas o governo insiste no arrocho dos salários e os empresários tornam-se ainda mais intransigentes em relação às reivindicações dos trabalhadores por reposição.

Ao saber, em Paris, que o índice da inflação oficial alcançaria já no mês de março — em plena vigência do congelamento — o elevado valor de 6,5%, Mailson da Nóbrega teria dito: “Não é possível. A gente dá um duro danado. Faz tudo certo e acontece isso.” Este é o quadro geral de completo desolamento do governo diante do evidente fracasso do plano verão, a mais nova tentativa de controlar a inflação brasileira.

Indiscutivelmente este fracasso possui um peso político maior à medida que evidencia numa conjuntura de pré-eleição presidencial o desgaste de um método de tratamento da crônica inflação brasileira através da reedição continuada de planos que evitam tocar nos problemas-chaves da crise econômica brasileira, que se expressam mais fortemente nas suas componentes de dívida externa e de crise financeira do Estado, questões que por sinal encontram-se muito associadas.

Cenário alarmante

Existe uma clara sensação por parte da população que estes planos (cruzado, Bresser, verão) estão, por mera prova prática, desgastados. Para saber disto não é necessário ser economista, basta perceber que a cada implantação de um novo plano a inflação tende a retornar de maneira mais rápida e com taxas mais expressivas. A taxa alcançada no mês de março em plena vigência do congelamento do plano verão só foi atingida no plano Bresser num contexto de descongelamento. Isto é alarmante, como, aliás, muito bem sabe o governo.

O governo sabe, igualmente, que corre o risco de entrar no debate eleitoral numa situação de risco hiperinflacionário. Afinal, se em pleno congelamento a inflação já atinge quase 7% não será de estranhar se chegarmos ao segundo semestre com taxas que ultrapassem a marca dos 30%, colocando a economia na beira de uma efetiva hiperinflação. Para isto basta soltar as rédeas da economia, atendendo assim a reclamação dos empresários



que se consideram defasados em termos de preços.

Empresários e reposição

A grande novidade e perplexidade do plano é que os empresários reconhecem a existência do arrocho salarial na decretação do pacote — o que significa que em média a participação dos lucros no produto cresceu em relação ao período anterior e, obviamente, em detrimento dos salários. Eles também conseguem espaço para o chamado realinhamento de preços em plena vigência do congelamento e mesmo assim gritam pela urgência na liberação completa, ou seja, pelo descongelamento.

A disposição dos empresários para a reposição de perdas salariais é praticamente nula. No último dia 3 as entidades patronais abandonaram ruidosamente as negociações que vinham sendo realizadas com a participação também dos trabalhadores e governo, alegando que o índice de reajuste que estava sendo proposto até mesmo por representantes de Sarney eram demasiadamente altos. Isto ocorreu depois que o empresariado admitiu com maior clareza os prejuízos sofridos pelos trabalhadores. Eles insistem que só aceitam repor perdas salariais quando os preços estiverem liberados, isto é, quando puderem repassar os reajustes aos preços, o que na prática equivale a anular a reposição. É como dar com uma mão e tomar com a outra.

Os empresários sabem que aumentos salariais repassados aos preços não resultam em recomposição salarial e por isto orientam sua estratégia no sentido de postergar ao máximo os reajustes — mesmo depois de enfrentarem a maior greve já ocorrida no país —, enquanto aguardam o descongelamento.

Defesa dos lucros

Esta tática, de reconhecer as perdas salariais pelos trabalhadores mas só recompô-las depois do descongelamento, mostra cristalinamente o apego e a disposição do empresariado de não abrir mão da sua atual participação no produto (lucros), que teria sido desmedidamente acrescida pela adoção do plano verão.

Note-se bem: reconhecer as perdas salariais tem como contrapartida lógica reconhecer que os empresários tiveram, como resultado das medidas

que compõem o último choque antiinflacionário, ganhos extraordinários. Portanto, existe uma margem de recomposição de perdas salariais sem que para isto em absoluto seja necessário aumentar preços.

E isto chega a causar espanto: os empresários não aceitam, na realidade, retornar à margem de lucros anterior ao plano verão, já por demais elevada. Querem, ao contrário disto, consolidar a nova margem decorrente do pacote ao custo de um impressionante arrocho salarial. A argumentação do patronato nunca alcançou tamanho cinismo.

Novo pico

Mesmo quando falam em recomposição, os empresários divulgam um índice medíocre, afirmando que a média do salário real atingida no ano de 1988 constitui o limite dos reajustes que podem conceder. É óbvio que os trabalhadores

não devem e nem irão aceitar tal proposta. E a razão para isto é muito simples. Como a inflação está em nítida tendência altista, a média de 1988, caso fosse aceita, seria imediatamente deteriorada com a incidência da inflação.

Em linguagem de “economês” diríamos que a média de 1988 torna-se o pico sobre o qual incidiria a nova regra salarial, acarretando uma continuada redução do salário médio. Assim, na prática os empresários só aceitam a média de 1988 à medida em que tenham assegurado a deterioração desta média pela inflação dos próximos meses.

Por outro lado, a perplexidade do governo diante do elevado índice inflacionário de março, que para Mailson da Nóbrega não passaria de um simples “acidente de percurso”, faz com que ele assumira posições bastante conservadoras em relação aos índices de reposição salarial. É de se esperar que continuará apostando na consolidação do arrocho como forma de aliviar as tensões advindas das demandas empresariais pelo descongelamento. É isto que explica os índices miseráveis de reposição que a ministra Dorotéia tem ofertado aos assalariados.

O plano verão foi elaborado com base em três pilares: congelamento de preços, arrocho salarial e alta taxa de juros, os dois últimos de corte fundamentalmente ortodoxo e destinados a conter a demanda. Vê-se agora que mesmo com altas taxas de juros o empresariado não está desestimulado a formar estoques, aposta mais na explosão de preços após o descongelamento e continua acumulando estoques. Não é por outra razão que falta vários tipos de produtos na praça.

Ao mesmo tempo, os juros nas nuvens constituem uma pressão irresistível sobre as finanças públicas. Não há vantagens em mantê-los no atual patamar mas, de outro lado, é difícil ao governo reduzi-los, pois corre-se o risco de uma fuga generalizada dos recursos aplicados no mercado financeiro para ouro, dólar e outros ativos. Desta forma, o governo virou um prisioneiro em uma armadilha que ele próprio criou. O resultado, no final das contas, é que falindo o instrumento dos juros como controle da demanda, as autoridades tendem a insistir no arrocho dos salários como a única saída para a sobrevivência do plano verão.



Partido comemora 67 anos de luta

Foto Edson Ruiz

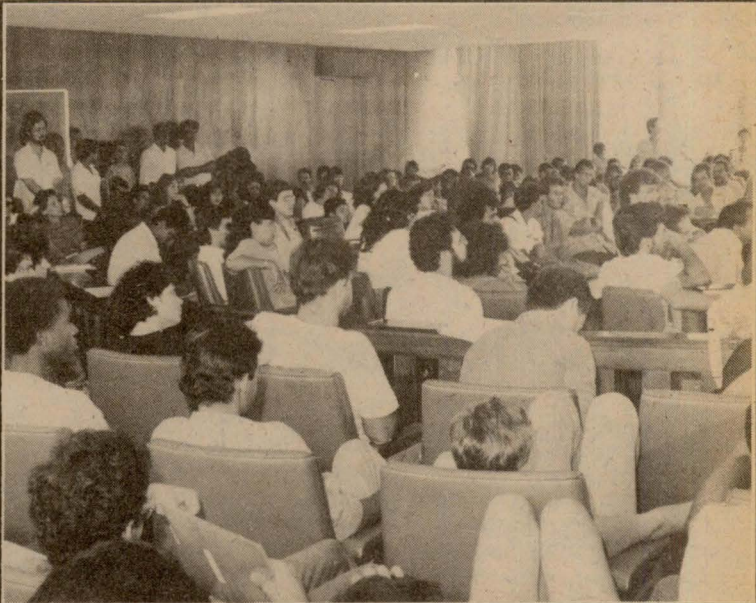
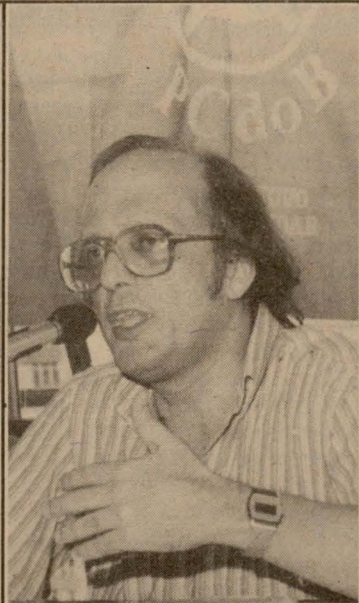
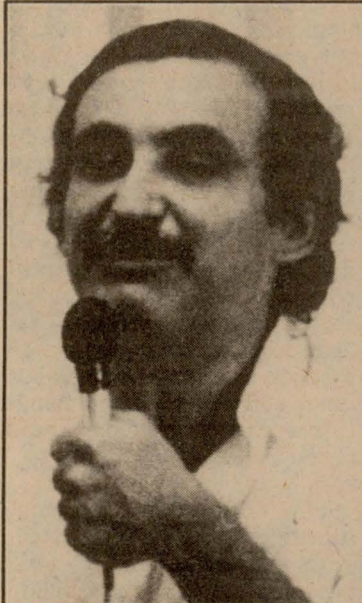
Fotos: Aguinaldo Zordenoni

O Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil em São Paulo comemorou a passagem do 67º aniversário da fundação do Partido de forma nova e original. Nos dias 1º e 2 de abril promoveu o Seminário Político sob o tema "PCdoB, a crise e a sucessão". Durante esses dois dias centenas de militantes, filiados e amigos do partido de 50 cidades do Estado de São Paulo e dos 11 diretórios distritais da capital paulista participaram de palestras e discussões organizadas em plenárias e grupos de trabalho sobre candentes temas da atualidade.

O primeiro debate foi sobre a sucessão presidencial, com o deputado federal Aldo Arantes (PCdoB), o membro da Direção Nacional do Partido, José Renato Rabelo e o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira. Aldo Arantes analisou o novo quadro político brasileiro que emergiu das eleições municipais do ano passado e fundamentou a necessidade de promover a união das forças de esquerda, democráticas, populares e progressistas para disputar, com condições de vitória, a sucessão presidencial. José Renato Rabelo explicou aos presentes as flexões táticas do Partido, ressaltando a sua coerência, e sistematizou os princípios pelos quais se norteia o Partido na elaboração de sua linha política. Rabelo apresentou ainda as opiniões do Partido acerca dos principais pontos programáticos da frente de esquerda. O jornalista Raimundo Pereira apoiou a união das esquerdas e alertou para a necessidade de, na elaboração do programa, se adotar uma postura firme, sem conciliação, a fim de apresentar soluções reais para os problemas de fundo do país.

O segundo debate foi sobre a crise econômica, com o jornalista Duarte Pereira, o economista Agenor Silva e o secretário geral da Corrente Sindical Classista, Sérgio Barroso.

Defendendo a teoria marxista, Duarte Pereira analisou com profundidade as diferentes interpretações que as teorias econômicas têm sobre a crise do capitalismo. E vinculou a saída para a crise econômica à solução política, revolucionária, do conjunto dos problemas da sociedade. Duarte defendeu ainda a necessidade de aprofundar o conhecimento dos intrincados problemas da época atual, tarefa que, para ser concretizada, passa, na sua opinião, pelo estreitamento dos vínculos do Partido com a intelectualidade avançada. Também despertou interesse e suscitaram proveitosa discussão as interven-



Renato Rabelo explica a tática do Partido e Duarte Pereira discute aspectos teóricos da crise diante de platéia atenta.

ções de Agenor Silva sobre a crise econômica internacional e de Sérgio Barroso sobre os efeitos da crise nos trabalhadores e seus reflexos na área sindical.

Encerrando o ciclo de debates, o membro da Direção Nacional do PCdoB, Rogério Lustosa, fez uma palestra sobre os 67 anos de existência do Partido. Rogério discorreu sobre a trajetória histórica do Partido e evidenciou os ricos ensinamentos que se podem extrair dessa longa experiência à frente das lutas do povo brasileiro. E apontou as perspectivas de crescimento e fortalecimento da legenda do proletariado neste novo momento da vida nacional.

Na opinião do presidente regional do PCdoB, Olival Freire, que coordenou as mesas de todos os debates, o Seminário "foi uma experiência que deu bons resultados. Durante dois dias, militantes e dirigentes do Partido tiveram a oportunidade de discutir com profundidade os mais importantes problemas políticos da atualidade. Isto é de grande importância para preparar política e ideologicamente o Partido para as grandes e complexas tarefas da atualidade e aglutinar suas forças, elevando cada vez mais sua organização e capacidade de intervenção política, inserção social e mobilização das massas".

As galerias e o plenário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro ficaram tomados pelo público, no último dia 22 de março para assistir à solenidade em homenagem aos 67 anos de Partido Comunista do Brasil. O ato foi presidido pelo vereador Edson Santos, do PCdoB. Na oportunidade, também foi realizada uma manifestação em defesa da Amazônia, em que a deputada do PCdoB, Jandira Feghali, leu o documento da Executiva Nacional do Partido sobre o assunto (ver "Classe" n.º 15).

O deputado estadual do PT, Vladimir Palmeira, saudou o aniversário do PCdoB e reiterou seu apoio à proposta de união das esquerdas. O presidente nacional do PCdoB foi aplaudido de pé pelos presentes após fazer um discurso em que enfatizou o papel do PCdoB na história do Brasil.

Na capital de Sergipe, Aracaju, o aniversário do Partido foi comemorado no dia 21 de março, com um ato-show no centro da cidade e uma palestra com o vereador por São Paulo e dirigente nacional do Partido, Aldo Rebelo. O sucesso foi completo. Entre outras atrações do ato-show, houve uma exibição do grupo de capoeira Quilombos de Zumbi. O cantor e compositor Chico Queiroga, um grande talento da cidade, encheu o calçadão com a sonoridade de sua voz e a beleza de suas canções. Outros artistas também prestigiaram o ato. Entre eles, Rogério, Cezar e Bié deram seu recado. Momento especial do ato foi, sem dúvida, quando o vereador Aldo Rebelo dirigiu-se ao povo sergipano de-

nunciando a degradação que o sistema capitalista impõe à humanidade. No encerramento, o vereador do PCdoB em Aracaju, Edvaldo Nogueira, discursou sobre a trajetória combativa do PCdoB durante os 67 anos de sua existência.

A Câmara Municipal de Aracaju (SE) decidiu enviar ao Partido Comunista do Brasil votos de congratulações pela passagem do 67º aniversário do Partido, em 25 de março último, atendendo a requerimento do vereador comunista Edvaldo Nogueira. O Poder Legislativo Municipal da capital sergipana considerou que "o Partido Comunista do Brasil completa este ano, vitoriosamente, 67 anos de lutas e combates, apontando sempre a via do socialismo científico, da construção de uma vida livre de crise, desemprego e injustiças sociais".

As comemorações dos 67 anos de luta do PCdoB na Paraíba ocorreram em clima de grande combatividade e alegria. Em João Pessoa, durante o dia 31 de março, os comunis-

tas compareceram às ruas, no "Ponto dos Cem Réis", que ocuparam com bandeirolas, faixas, painéis, banca de material do Partido e fichas de filiação. Os militantes do Partido organizaram um plebiscito para captar a opinião do povo sobre a proposta do PCdoB de unidade das forças de esquerda. Em massa, as pessoas diziam sim.

A Polícia tentou dispersar os manifestantes e ameaçou usar da violência. Os militantes comunistas e os populares presentes gritaram em uníssono: "A praça é do povo", "PCdoB é de luta e é legal". No encerramento da jornada, o vereador comunista Renê Macaúbas e o presidente regional do PCdoB, Simão Almeida, discursaram defendendo a unidade popular. À noite, realizou-se uma animada festa na sede do Partido, inaugurando novas instalações. Também em Campina Grande foi organizado um ato político pela direção local, com a presença do membro da Direção Nacional, Luciano Siqueira, e de representantes do PT e do PV.

(da reportagem local e sucursais)

PCdoB na TV: propostas que convencem

No último dia 23 de março, milhões de brasileiros assistiram pela televisão e ouviram pelo rádio o programa do PCdoB transmitido em rede nacional no horário nobre — de 20:30h a 21:30h. Em todo o país as sedes do Partido receberam milhares de telefonemas, com pedidos de filiação, manifestações de solidariedade às teses defendidas pelos comunistas e elogios à qualidade técnica do programa. A redação de "A Classe Operária" também foi procurada, por telefone, por dezenas de pessoas propondo assinar o jornal.

No programa o PCdoB

mostrou, através de depoimentos exemplares, a consciência que o povo adquiriu sobre os problemas nacionais. E, de uma forma habilidosa, partiu daí para apresentar análise, argumentos e propostas do Partido para enfrentar a crise.

O programa televisivo e radiofônico do PCdoB combinou orientação séria com forma agradável. Foi uma resposta contundente à campanha antidemocrática das classes dominantes contra o direito ao horário gratuito na tv e no rádio.

A burguesia, que se especializa em manipular a opinião

pública, sente-se constrangida quando precisa expor às claras suas propostas. Por mais esforço que faça, pode mudar apenas a forma. Mas o conteúdo de todas as suas facções é muito parecido na conjuntura atual. Daí o pavor diante da possibilidade das forças progressistas levarem suas idéias aos trabalhadores.

Os comunistas são a favor da ampla liberdade de expressão. Lutarão para manter e ampliar o espaço do povo nos meios de comunicação. E se conseguirem melhorar cada vez mais o nível de seus programas,

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O desafio da organização

Pedro Oliveira*

Ao encerrar três dias de intensos debates sobre o fortalecimento do PCdoB — quando estiveram reunidos em São Paulo na última semana de março os secretários de organização do Partido de todos os Estados — João Amazonas assim resumiu as principais tarefas desta importante frente de trabalho do Partido — “A organização está intimamente ligada ao problema da política do Partido. A organização existe para respaldar a política do Partido. Traçada a orientação, é preciso levá-la à prática. Aí, nos apoiamos na organização, ela serve para isso. Se a organização é fraca, o respaldo que ela dá à aplicação da linha do Partido é pequeno. Se, ao contrário, a organização é forte, ela não apenas respalda como contribui para enriquecer a própria orientação do Partido. Mas nesta questão da organização surge logo um problema que é fundamental: como aumentar a militância do Partido?”

Filiar e consolidar

A grande tarefa que se coloca para o coletivo partidário poder enfrentar os desafios que estão colocados pela nova situação política, segundo Dynéas Aguiar, membro da Comissão Executiva do Comitê Central, é o fortalecimento político e ideológico das direções do Partido. Preparar o Partido para a nova fase inaugurada com as eleições de 1988 — quando a grande massa da população brasileira disse não aos velhos esquemas políticos dominantes — foi o objeto principal das preocupações dos comunistas reunidos no ativo de organização.

No documento preparado pela Comissão Nacional de Organização e que serviu de base para as discussões durante o encontro se constata que a última campanha de filiação teve reflexos significativos no crescimento do partido em termos numéricos e numa ampliação horizontal de suas bases nas capitais e no interior. O fato de o Partido ter participado ativamente do último processo eleitoral em cerca de 400 municípios proporcionou um grande fortalecimento do PCdoB, além de ter levado aos quatro cantos do território nacional suas propostas para centenas de milhares de pessoas.

Esse crescimento, entretanto, exige consolidação dos comitês e das organizações de base do Partido, argumenta Dynéas. Consolidar, diz ele, “significa dar sólida base de sustentação à ação política dos organismos partidários. Significa, também, formar quadros políticos em condições de dar respostas políticas aos complexos problemas que a atual situação impõe. Significa, ainda, acompanhar de forma permanente o funcionamento e a vida interna dos organismos partidários e orientá-los para estabelecer estreitos e profundos vínculos com as massas, através da atuação nas entidades, da ação direta do Partido e da agitação e propaganda.”

Combate ao espontaneísmo

Em matéria de organização, as discussões partiram do princípio de que não se pode encarar-la como um processo espontâneo, pois a militância só cresce de acordo com um planejamento da direção partidária. A partir desta constatação a resolução aprovada na reu-

nião indica a necessidade de, em primeiro lugar, dar atenção ao acompanhamento dos organismos partidários. Para que esses possam cumprir suas tarefas, destaca o documento, torna-se imperioso assegurar aos seus membros ampla e profunda formação política, teórica e ideológica. Neste item está destacada a importância de garantir à militância em geral a venda dos materiais do Partido, particularmente deste jornal, “A Classe Operária”. No que se refere especificamente ao esforço de consolidação das organizações de base, firmou-se a necessidade de estruturar sólido núcleo de direção, promover reuniões periódicas do coletivo da OB para discutir a política do Partido e planejar a atividade coletiva, contribuir para a elevação do nível político e ideológico dos filiados através de palestras, debates, cursos etc, estreitar os vínculos com as massas trabalhadoras, recrutar de forma planejada e permanentemente novos militantes, além de manter presença ativa nas entidades populares e movimentos democráticos na sua área de jurisdição. Ter um cronograma dos principais eventos políticos, relacionar e acompanhar o movimento das diversas categorias e setores sociais da região, também são importantes instrumentos para um planejamento correto da atividade das organizações de base e principalmente para a distribuição das forças partidárias e para a mobilização de seus efetivos. Para ser direção, conclui o documento, precisa-se, acima de tudo, ser um formador e educador de quadros e militantes.

*Jornalista, colaborador da “Classe” em São Paulo.

Foto: Aguinaldo Zoräenoni

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Manter a unidade e a independência

Rogério Lustosa*

A união da esquerda, para derrotar as oligarquias na batalha sucessória desempenhará papel de enorme importância para o avanço da luta revolucionária em nosso país. Seu êxito, entretanto, depende tanto da dedicação para construir a frente política propriamente, como da correta condução da luta ideológica no seu interior.

SEPARAÇÃO CLARA

A frente democrática, criada em torno das diretas-já, contra a ditadura, também trazia, no seu interior, o esforço pela unidade ao lado da luta ideológica. Mas entre comunistas e a oposição democrático-burguesa a delimitação de campos era muito nítida. A grande preocupação era não permitir que a política de conciliação prevalecesse.

Agora, a consciência das massas elevou-se. Amplas parcelas populares aprenderam, pela experiência, que o democratismo burguês é demasiado restrito. Passaram, por isto, a uma posição política muito mais avançada. Colocou-se na ordem do dia uma união do povo contra as elites. A frente da esquerda toma, assim, um caráter amplo e corresponde à esperança de mudanças do povo brasileiro.

Quem se opõe, hoje, à união da esquerda, ou não trabalha por ela, fica à margem do curso político, isolando-se dos trabalhadores.

RUMOS DISTINTOS

Mas entre as esquerdas existem diferenças que nem sempre são claras para o povo. Os trabalhadores, ao marcharem pela esquerda, aproximam-se das concepções revolucionárias. Enquanto isto, grupos atuantes no movimento popular que, no imediato, podem cumprir um papel progressista, têm outra visão estratégica.

Alguns temem o confronto com as elites. Imaginam que, a pretexto de evitar um

retrocesso, seria mais seguro cada partido sair isolado, deixando com isto que a sucessão seja disputada entre as forças de centro e de direita. Estes só participarão da frente arrastados pela pressão do movimento popular.

Outros, assustados com a perspectiva do embate com os poderosos colocar em evidência as formas revolucionárias, repudiam a aliança com os comunistas. Falam como radicais mas agem como diversionistas. Seu anticomunismo somente será neutralizado com uma intensa atividade para robustecer o sentimento de unidade já existente entre as massas e desmascarar todo gesto de divisão.

Existem ainda os que, com concepções socialdemocratas, acalentam o sonho do sucesso eleitoral permitir a formação de um governo que, por seu prestígio, realize as transformações estruturais exigidas pela nação, contornando a necessidade do processo revolucionário.

Ou, em outras palavras, de fazer a revolução pelo voto.

ALIANÇA E LUTA

Neste amálgama de contradições, o partido de vanguarda do proletariado é o mais ousado defensor da frente de esquerda. Sabe que esta é, no momento, a forma concreta de abordar a revolução.

Mas condição essencial para manter a unidade a serviço da classe operária é que o Partido não fique a reboque de concepções pequeno-burguesas. A união não se faz abrindo mão da fisionomia própria de cada corrente. E manter a independência não quer dizer romper as alianças. O vínculo dialético entre aliança política e luta ideológica é inseparável do processo revolucionário. A própria dedicação em prol da unidade marca a posição de classe do Partido.

*Membro da Direção Nacional do PCdoB



Dynéas Aguiar dirigindo os trabalhos do ativo de secretários de organização.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Gorbachev chamuscado nas urnas

Um verdadeiro desastre para o partido revisionista e para Mikhail Sergeievich Gorbachev. Assim pode ser classificado o resultado da primeira eleição para o "Congresso dos Deputados do Povo" — o substituto dos soviéticos criado pela "Perestroika". Os 180 milhões de eleitores que compareceram às urnas (em várias regiões, foi usado o recurso da abstenção para garantir a derrota de candidatos únicos), votaram, principalmente, nos candidatos de oposição ao aparato oficial.

O processo eleitoral criado é um aprofundamento do retrocesso político iniciado por Nikita Krushchev a partir do XX Congresso do PCUS. Gorbachev visa substituir o sistema dos soviéticos, oficializado como fórum máximo de poder pela Revolução de Outubro de 1917, por um sistema político presidencialista com um parlamento de tipo burguês. Tira de cena, assim, a representação operária e camponesa direta — com o direito, inclusive, de destituir parlamentares que não sejam fiéis aos compromissos com os trabalhadores — e estabelece o sistema eleitoral capitalista na terra de Lênin.

Partido abalado

A imprensa soviética ficou desorientada. Os principais jornais e noticiários do país evitaram fazer análises da voz das urnas, ou simplesmente silenciaram sobre o cômputo dos votos. Diante do inusitado fato, Gorbachev teve que chamar os editores para dizer-lhes

que "é natural que haja vencedores e perdedores".

Se os escribas oficiais abrissem os olhos veriam que a eleição demonstrou que o PCUS já não joga papel como dirigente do povo, até porque mudou seu caráter, e não é mais a vanguarda do proletariado russo. O PCUS não passa, atualmente, do partido dos burocratas enquistados no poder, dos revisionistas que usufruem da mais-valia subtraída dos operários. A novidade é que os revisionistas não camuflam mais isso, e apresentam-se como defensores da "liberdade de mercado" e outras

ineficazes panacéias capitalistas para a crise do país.

Falsa democracia

O processo eleitoral buscou dar uma aparência de democracia para as modificações que Gorbachev vem impondo no sistema de poder revisionista. O líder do Krêmlin quer que a oposição tenha voz. Mas que oposição? A oposição ao socialismo. A oposição que pretende ainda mais liberdade de ação para o capital, nas cidades e no campo.

O eleitorado demonstrou claramente que está insatisfei-

Foto: arquivo



Em Moscou o candidato oficial não alcançou 10% dos votos

Carta aberta dos comunistas chilenos

Os marxistas-leninistas chilenos, através do PC (AP), lançaram uma "Carta Aberta" propondo três pontos mínimos para os candidatos democratas e populares nas eleições presidenciais e parlamentares a serem realizadas este ano no Chile. Publicamos, a seguir, a íntegra do documento:

À classe operária, a todos os trabalhadores da cidade e do campo, a todos os que compõem o povo chileno, mapuche, aymara e pasquense, às suas organizações (sindicais, cooperativistas, estudantes, gremiais, artísticas e culturais etc.), a todos os partidos e movimentos políticos democráticos, patriotas e revolucionários.

Visando enfrentar em profundidade e de forma real os mais urgentes problemas nacionais, de hoje e do futuro próximo, o Partido Comunista Chileno (Ação Proletária) — PC(AP) — propõe assumir, com firmeza e sem demora, a mais ampla mobilização geral das maiorias nacionais, em união ao apoio do candidato a presidente da República da oposição, assim como aos candidatos antifascistas ao Parlamento, os seguintes pontos, que terão plena atualida-

de enquanto não sejam uma realidade no Chile.

Pontos mínimos do povo

1 — Não pagamento da dívida externa, já que não foi contraída pelo povo, e sim pelos grandes monopólios, a quem serviu. O "emprestado" pelos grandes capitalistas estrangeiros foi pago e repago com o amplo e descarado saqueio, que foi realizado sem controle algum, de nossas riquezas naturais e do suor dos trabalhadores chilenos. O não-pagamento da dívida externa permitirá destinar esses grandes recursos para dar emprego, saúde, moradias dignas e educação ao povo superexplorado e submetido a condições desumanas de vida.

2 — Ampla liberdade de organização e de difusão das organizações populares, pela livre existência dos partidos e movimentos políticos operários e populares sem nenhuma restrição, pelo fim da atual lei fascista de partidos políticos, pelo direito à difusão das idéias políticas operárias sem nenhuma censura nem impedimento legal.

3 — Julgamento e punição dos criminosos fascistas. A conquista de liberdades públicas e democráticas é incompatível com deixar na impunidade os responsáveis, com ou sem farda, de tantos crimes cometidos no Chile, são que assassinaram, torturaram, exilaram e que ainda mantêm presos e relegados milhares de chilenos honestos e lutadores pela justiça social e a dignidade nacional.

Patriotas, companheiros e camaradas: Os três pontos expostos são, no entender do PC (AP), aqueles básicos e irrenunciáveis, se pretendemos avançar na luta democrática e antiimperialista, que o povo e a realidade nacional exigem. Daí propormos a formação de um grande movimento em torno deles e ações concretas para torná-los realidade. Desde já estamos nesta luta e dispostos a unir nossos esforços com todos os que sejam desta opinião.

Não ao pagamento da dívida externa! Liberdade total para o povo! Não à impunidade!

Secretariado Político do Comitê Central do Partido Comunista Chileno (Ação Proletária), 20 de março de 1989.

to com o aparato oficial. Em Moscou, o candidato governista ficou com menos de 10% dos votos. Em Leningrado, a segunda maior cidade do país, Yuri Solovyev (ligado a Gorbachev) não conseguiu se eleger nem mesmo sendo candidato único (perdeu para a abstenção, e novas eleições deverão ser realizadas). O mesmo ocorreu em Kiev, a terceira cidade do país... "Os resultados

não devem provocar alarme", disse Gorbachev. E continuou sua política anticomunista: após as eleições, a URSS fechou um contrato com seis multinacionais norte-americanas (inclusive a Kodak e a Johnson & Johnson), prevenindo a criação de 25 empresas de capital misto no país que, pela primeira vez, terão direito a remeter seus lucros para o exterior...

Governo sérvio mata kosovares

A Iugoslávia vive uma crise profunda. O desemprego já alcançou a cifra de 17% da população economicamente ativa; a dívida externa alcançou 22 bilhões de dólares; mais da metade das empresas estão em situação de insolvência; a inflação vai para 1.000% ao ano. As classes dirigentes semeiam o ódio nacional, especialmente dos sérvios contra a população albanesa de Kosovo.

Os dados oficiais indicam 29 mortos nos conflitos entre tropas governamentais e a população albanesa em Pristina (capital de Kosovo) e outras cidades. "A Sérvia ganhou a guerra", afirmou arrogantemente o dirigente máximo da República Sérvia, Slobodan Milosevic, inimigo jurado dos albaneses. "Os tanques não resolverão o problema em Kosovo", advertiu o governo da República da Croácia, solidarizando-se com os kosovares.

O presidente da Comissão Exterior da Assembléia Popular e secretário do Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia, Foto Çami, fez uma análise sobre a repressão aos albaneses que moram em Kosovo. Publicamos a seguir trechos do pronunciamento de Foto Çami.

"A emancipação nacional, cultural e social das minorias nos Balcãs, e ainda mais tratando-se de uma população numericamente importante, como é o caso da população albanesa na Iugoslávia, sua igualdade de direitos e o respeito às suas particularidades, constituem uma condição fundamental para pôr fim aos conflitos balcânicos, para reforçar o espírito de confiança e entendimento, os laços e a cooperação.

Tal é a razão por que nos é difícil compreender como podem manter-se de pé as declarações iugoslavas acerca de uma colaboração sincera entre os países balcânicos, as pretensões da Iugoslávia de ser líder dos países não alinhados, sua luta por liquidar os restos do colonialismo e do racismo etc., como pode pretender engatar-se ao carro da Europa do século XXI, quando, em relação aos albaneses, a 2,5 milhões de cidadãos, se comporta como se estivesse na Idade Média?

Os últimos acontecimentos de Kosovo tiveram um grande eco no mundo. A tragédia e o calvário dos albaneses, a opressão, a perseguição e insulto de que são objeto não podem deixar indiferente nenhuma pessoa progressista e democrática no mundo, nenhum amante da liberdade nacional e individual, da justiça e do humanismo. (...)

Avançar hoje pelo caminho da força e da violência, como confirmou uma vez mais a presidência da Iugoslávia com sua última decisão de enviar novas forças policiais para Kosovo, supõe avançar para uma maior complicação da situação, para o agravamento dos conflitos.

A Albânia socialista pretende ter as melhores relações com a vizinha Iugoslávia, manter contatos e uma ampla colaboração com ela. Os interesses de nossos dois países o exigem, porque somos vizinhos, porque vivemos sempre um ao lado do outro, porque nossos destinos foram muitas vezes idênticos, porque os fluxos e refluxos das tempestades mundiais nos afetaram com frequência em igual grau, assim como nos poderão afetar também no futuro."

Foto: Arquivo



Veículos militares em Pristina: guerra contra albaneses



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O avanço do império japonês

Umberto Martins

Há poucos dias uma missão oficial do governo japonês anunciou em Brasília a liberação de um empréstimo no valor de 1,433 bilhão de dólares ao Brasil. O financiamento, enquadrado dentro do chamado Fundo Nakasone, faz parte de uma nova estratégia do imperialismo nipônico, que multiplica rapidamente sua área de influência no Globo e prepara a ascensão à posição hoje ocupada pelos EUA no mundo.

Uma entre as notáveis singularidades do atual momento histórico é o gradual deslocamento dos Estados Unidos da condição de potência hegemônica do sistema imperialista, posição que perde inapelavelmente a favor do Japão. Embora não seja um movimento que se apresente evidente à primeira vista, ele pode ser facilmente deduzido através de al-

guns fatos e indicadores econômicos.

A grande burguesia já percebeu a transição. Um sinal disto foi emitido no final de fevereiro, durante o enterro do imperador Hiroito (tratado pelos opositores como uma espécie de "Hitler do Japão"). A cerimônia reuniu representantes de 163 países, uma multidão de mil visitantes estrangeiros, incluindo 55 presidentes — entre eles George Bush, dos EUA —, 11 primeiros-ministros e 14 reis e príncipes.

Desenvolvimento desigual

A virada que se opera resulta do desenvolvimento desigual do capitalismo. É esta lei do movimento do imperialismo que, em última análise, explica a ressurreição japonesa das cinzas a que foi reduzido pela Segunda Guerra. Beneficiado também pelas restrições impostas à sua militarização, o país multiplicou por 40 a capacidade industrial desde 1948, enquanto os Estados Unidos cresceram apenas quatro vezes.

Atualmente, pelo menos sete entre os dez maiores bancos do mundo (incluindo o maior), assim como oito entre as 10 e 43 das 100 maiores empresas, pertencem a capitalistas nipônicos. Com mais de 1

trilhão de dólares investidos no exterior, o Japão também ostenta a posição de maior credor do Planeta.

Mesmo apresentando quedas nas taxas de crescimento econômico, envolvido na fase de relativo estancamento que caracteriza o imperialismo nos dias de hoje, o país ainda se desenvolve num ritmo comparativamente superior ao de outras potências capitalistas, principalmente os Estados Unidos.

No ano de 1988, o PNB japonês evoluiu 5,7%, elevando a renda **per capita** para 23.358 dólares (contra US\$ 19.760 nos EUA). O nível de crescimento da produtividade, de 9,6% ao ano entre 1955 e 1973, caiu para 4% ao ano desde 1974, conforme informações do Centro de Produtividade do Japão. Ainda assim, é o dobro do norte-americano (de 2% ao ano).

A potencialidade para uma expansão relativamente maior, que provavelmente perdurará ainda durante certo tempo, deriva de uma taxa de acumulação capitalista quase duas vezes superior à do imperialismo ianque. A poupança interna bruta na presente década equivale a cerca de 30% do PNB (no período compreendido entre 1974 a 1979 foi, em média, de 32,8% sobre o produto), contra 17% nos Estados Unidos e 22% na Alemanha.

A superioridade tecnológica do Japão ficou patenteada no esforço inútil realizado nos últimos anos para reduzir o superávit comercial do país por meio de uma acentuada valorização de sua moeda (o yen), que desde 1980 atingiu 35% em relação ao dólar americano. Apesar disto, o superávit não declinou, oscilando em torno de 90 bilhões de dólares

ao ano e revelando a necessidade de uma depreciação ainda mais dramática da moeda norte-americana.

Avanço no mercado

Outra ilustração do vigor tecnológico é a distribuição do mercado mundial de semicondutores, um negócio que rende mais de 50 bilhões de dólares anualmente: o Japão abocanha nada menos que metade deste mercado, contra uma participação de 37% dos Estados Unidos e 10% dos países que compõem a Comunidade Econômica Européia.

Entretanto, o que determina a ampliação progressiva da área de influência econômica do imperialismo japonês no Globo é o grau a cada ano mais elevado de exportação de capital, possibilitado em boa medida pelos excedentes no comércio exterior. A burguesia nipônica destina uma parcela apreciável de seus lucros (cerca de 3% do PNB ultimamente) a investimentos no exterior.

Em contrapartida, nesta década, os Estados Unidos alcançaram a posição (nada digna para um império) de importador líquido de capitais. A economia ianque só funciona agora à base de estimulantes externos, importando de outros países cerca de 3% do investimento interno bruto. Assim, não é de admirar o surgimento no interior dos Estados Unidos de vozes nacionalistas indignadas protestando contra a veloz alienação do patrimônio americano.

Nessas condições, a marcha triunfante do imperialismo japonês, a conquista de novas posições e a redivisão das áreas de influência no Planeta — a despeito e em detrimento dos interesses norte-america-

nos —, é um drama histórico que se processa espontânea e inevitavelmente. Hoje, os investimentos japoneses concentram-se prioritariamente nos Estados Unidos, onde adquirem inclusive multinacionais com patrimônio distribuído por outros países.

De olho na bomba

É no interior deste movimento mais geral, de deslocamento e transição de hegemonia, que está compreendida a estratégia do imperialismo nipônico em relação à trágica crise da dívida externa, "uma bomba-relógio que se aproxima cada vez mais da sua explosão", na opinião de Jutaro Sakamoto, diretor geral do Escritório da América Latina e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores do Japão.

E quem mais além do Japão está capacitado para a nobre tarefa de tentar desarmar a bomba que ameaça destroçar as bases da dominação imperialista? Faz-se necessário financiar os devedores, conceder novos créditos. Os EUA, pobres e degenerados, também vivem esmolando empréstimos.

O desprendimento e a nobreza de espírito do imperialismo nipônico não são muito admiráveis. Os 30 bilhões de dólares do Fundo Nakasone, destinados aos países endividados, são pouco mais que uma ninharia diante da grandeza dos débitos acumulados pelas economias dependentes ou dos juros pagos anualmente.

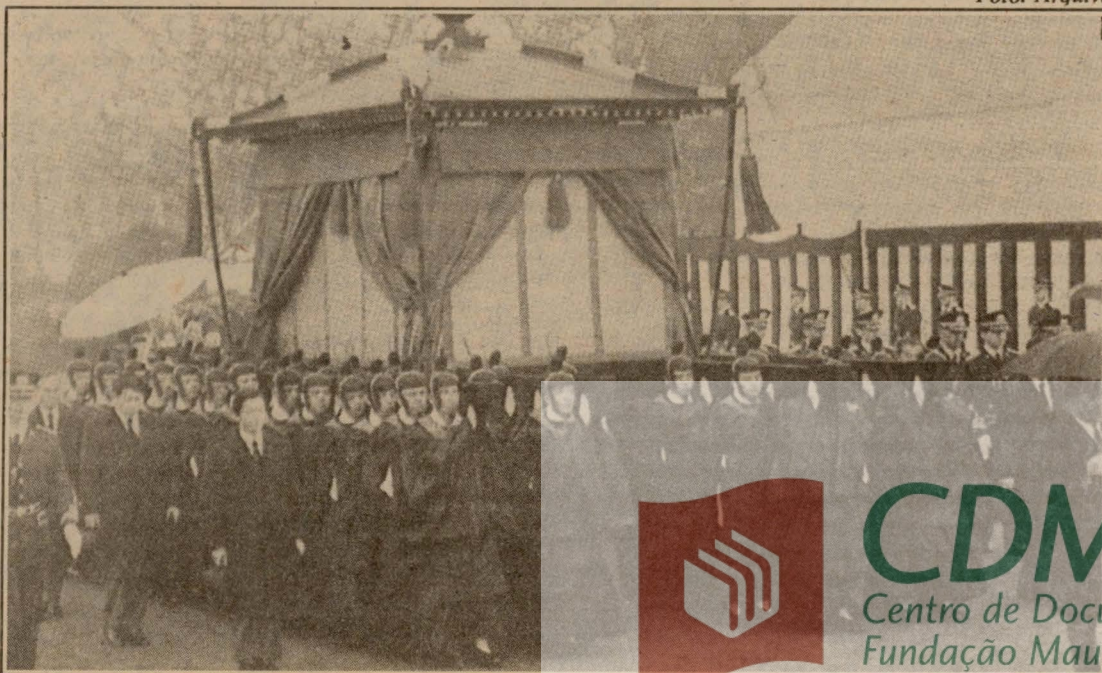
Mas certamente esses recursos possibilitarão uma razoável expansão dos interesses japoneses no mundo. Os empréstimos, acompanhados de uma série de condicionantes, prestam-se maravilhosamente a tais objetivos. Ao mesmo tempo, capacitam as classes dominantes nipônicas a exigir uma posição institucional mais proeminente no cenário mundial.

"Parece-me que nós vamos colaborar mais e neste caso teremos que estar em algum lugar mais apropriado", esclarece Sakamoto ao falar da recente reivindicação japonesa por uma presença mais destacada na direção dos órgãos financeiros internacionais (FMI e Banco Mundial, principalmente). Por enquanto é uma solicitação amena e civilizada dentro da ordem instituída, porém a experiência histórica ensina que este tipo de transferência de poder não costuma ocorrer sem consequências. O atual status quo, implicando inclusive a mudança do padrão monetário mundial.

Poderio e podridão nipônicas

Várias autoridades do governo japonês encontram-se atualmente nas prisões do país por corrupção. O atual primeiro-ministro, Naboru Takeshita, também envolvido em escândalos, teve de demitir nada menos que 15 de seus ministros pela participação na venda fraudulenta de ações da companhia Recruit.

A empresa distribuiu generosamente 687 mil ações entre os poderosos de plantão em Tóquio, a preços baixos, em troca de favores governamentais. Pelo menos uma centena de políticos e empresários participaram alegremente da fraude, que rendeu alguns milhões de dólares quando a Recruit (que atua principalmente na área de informática) lançou suas ações no mercado e elas foram negociadas a preços expressivamente mais elevados do que os que tinham sido "pagos". Mesmo o primeiro-ministro confessou no início do mês que foi beneficiado — seus assessores políticos receberam da Recruit e creditaram em sua conta pessoal 20 milhões de yens (US\$ 154.000). O episódio revela que a degenerescência das classes dominantes japonesas avança na mesma velocidade da expansão imperialista daquele país.



Classes dominantes de vários países foram render homenagem a Hiroito, o "Hitler do Japão"

Foto: Arquivo



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A ousadia do proletariando húngaro em 1919

Augusto César Buonicore*

Há 70 anos, entre 21 de março e 11 de agosto de 1919, a Hungria viveu a experiência revolucionária da República dos Conselhos. Uma experiência esmagada pelas forças imperialistas européias. Uma experiência que traz ensinamentos para o proletariado internacional.

A mais importante transformação que a I Guerra Mundial trouxe no cenário político europeu foi o surgimento da República Socialista da Rússia, que influenciaria todo o Continente e o Globo. O Império Austro-Húngaro foi abalado por uma série de movimentos nacionais, no bojo dos quais povos oprimidos se emanciparam. A Áustria e a Hungria formaram dois Estados independentes após o desmoronamento do Império.

Duramente atingida pela crise do final e do imediato pós-guerra, a Hungria ficou com mais de 1 milhão de desempregados. A fome e as epidemias fizeram tantas vítimas quanto a guerra. A situação se agravou com as derrotas militares e o cerco das potências da Entente (aliança entre a França, Inglaterra e a Rússia — até outubro de 1917).

Em meio a grandes agitações sociais e pressões imperialistas, o rei Carlos I, da Hungria, nomeou como primeiro-ministro o liberal Mihaly Karolyi, conhecido por suas boas relações com os governos da Entente. Mas até o território húngaro já estava comprometido pelos tratados secretos existentes entre as potências vencedoras da guerra.

As fracassadas tentativas da monarquia em superar a crise e em negociar o fim da guerra levaram a um descontentamento generalizado. Inspirados nos soviets russos, soldados e operários em luta formaram os seus "Conselhos".

Pressionado pelo povo, o rei Carlos abdicou do trono e abandonou o território húngaro em 13 de novembro de 1918. Dois dias antes foi proclamada a república e Korelyi eleito presidente provisório. Em janeiro de 1919 Korelyi foi reeleito, com o apoio dos liberais e da direita do Partido Social Democrata — PSD — (que integrou o governo). Korelyi não hesitou em declarar que "paradoxalmente, a socialdemocracia tornou-se a última salvaguarda da propriedade privada na Hungria".

Surge o PC

Desde março de 1918, influenciado pela Revolução Russa, um pequeno grupo criou uma fração de esquerda no seio do velho PSD e passou

a editar o jornal "Notícias Vermelhas". Com a crise e a radicalização política, esta ala cresceu. A direção do PSD tomou uma série de medidas visando isolá-la e reduzir sua influência. Este processo precipitou o rompimento orgânico, com a fundação, em 24 de novembro de 1918, do Partido Comunista da Hungria.

Em pouco tempo o partido se consolidou junto aos trabalhadores mais avançados das cidades. Em resposta, o governo de Korelyi, ainda em 1918, passou a perseguir e encarcerar os principais dirigentes comunistas. Contudo, isto não impediu que o prestígio da vanguarda do proletariado crescesse entre as massas. Os comunistas conquistaram as direções dos principais sindicatos operários de Budapeste e aumentaram sua influência junto aos conselhos de Soldados e Operários, que ainda continuavam no seu conjunto sob a direção dos socialdemocratas.

República dos Conselhos

No início de 1919, a própria socialdemocracia vê-se obrigada a radicalizar suas posições e aliar-se aos comunistas, exigindo a imediata destituição de Korelyi e a entrega do poder aos Conselhos. Korelyi, juntamente com seu ministério, demite-se e foge da Hungria.

Em 21 de março, o Conselho do Comissariado do Povo proclama a República Socialista dos Conselhos, e empossa o novo governo — uma coalizão entre socialdemocratas e comunistas, visando a instauração da ditadura revolucionária do proletariado. O processo culminou com a fusão dos dois partidos no Partido Socialista Unificado.

A unidade entre socialistas e comunistas era mais aparente que real. Os verdadeiros revo-



T. Samuéli, do governo revolucionário húngaro, com Lênin

lucionários continuavam em minoria dentro dos Conselhos e do próprio partido. Com isso, todas estas instituições padeceram de um caráter ambíguo e vacilante. As medidas mais radicais e revolucionárias eram sistematicamente bloqueadas pela direita do novo partido.

Contudo, várias medidas importantes foram tomadas. As indústrias e os bancos foram nacionalizados; implantou-se a jornada de 8 horas; separou-se o Estado da Igreja; instaurou-se o ensino público e obrigatório para todos; colocou-se os palácios e mansões à disposição das famílias necessitadas; expropriaram-se roupas e mantimentos estocados pela nobreza e pelos capitalistas.

Enfrentamento de classe

Latifundiários e camponeses médios, apoiados pelo clero, solaparam a produção de alimentos no campo. Nas cidades, sabotadores e socialdemocratas vacilantes prejudicavam a produção industrial. O

Exército da Romênia, apoiado pelas potências imperialistas, avançou sobre o território húngaro e estabeleceu um governo contra-revolucionário em Szejad, chefiado pelo almirante Horthy.

Ainda em março, sob a direção dos comunistas e com o apoio de sindicalistas, foi formado o Exército Vermelho húngaro, com 50 mil voluntários, operários na maioria. Em abril a contra-revolução teve que recuar até as fronteiras. O Exército Vermelho penetrou no território Eslovaco, onde implantou-se em poucos dias uma república socialista. Mas as vacilações do governo levaram a uma série de vezes, e a contra-revolução lançou nova ofensiva.

Em 31 de julho, os socialdemocratas dão um golpe de morte na República dos Conselhos, destituindo os comunistas do governo e revogando as conquistas do proletariado. Pensavam assim aplacar a ira dos burgueses... No dia 11 de agosto o Exército romeno marchou sobre Budapeste e saqueou a cidade. Implantou o terror branco, eliminando todos os que fossem suspeitos de ter apoiado a República dos Conselhos. Em novembro os romenos se retiraram, deixando em seu lugar a ditadura militar chefiada pelo almirante Horthy.

Mais de 5 mil trabalhadores executados, 75 mil aprisionados, mais de 100 mil exilados. Foi o resultado da volta da burguesia ao poder.

Lições da revolução

A República dos Conselhos durou apenas 133 dias. Demonstrou o espírito combativo do proletariado húngaro e o caráter reacionário e sanguinário da burguesia européia, além de desmascarar o papel vacilante e desagregador desempenhado pela socialdemocracia.

O que levou os operários a derrota?

Em primeiro lugar, houve uma razão de ordem externa: o fim da guerra permitiu às potências imperialistas concentrar e mobilizar um maior número de forças militares contra as revoluções na Europa. Mas ocorreram também razões internas.

O problema agrário não foi resolvido de maneira a atender as aspirações dos camponeses pobres. A nacionalização de todas as grandes propriedades rurais assustou pequenos e médios camponeses que desejavam o acesso à terra. Os latifundiários e a Igreja aproveitaram-se desse descontentamento para jogar os camponeses contra o poder operário.

Lênin, em carta aos operários húngaros, alertou para o fato de que o camponês pobre, "como trabalhador tendia para o socialismo e enquanto vendedor de cereais tendia para a burguesia".

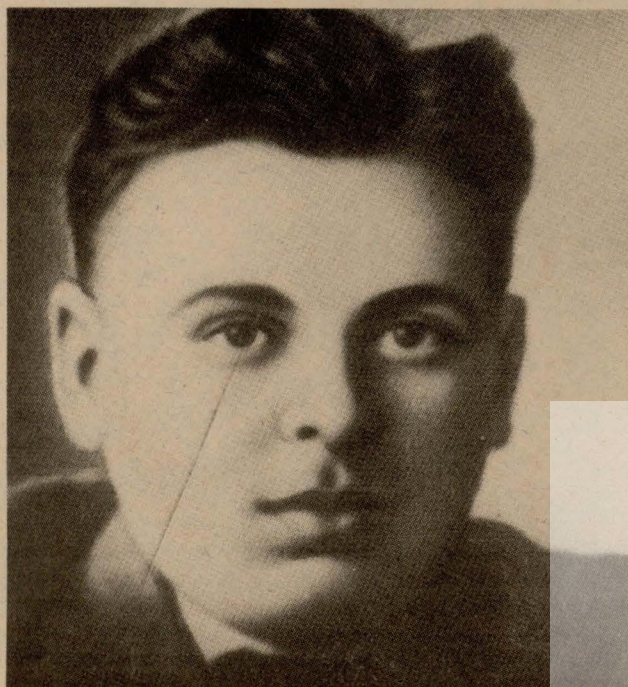
Também a correlação de forças desfavorável não permitiu aos comunistas aplicarem outro conselho de Lênin: "Agora tendes a gratíssima e difícil tarefa de agüentar a dura guerra contra a Entente. Sede firmes se se manifestarem hesitações entre os socialistas que ontem aderiram a vós, à ditadura do proletariado, ou entre a pequena burguesia; reprimi impiedosamente as vacilações. O fuzilamento é o destino legítimo do covarde de guerra."

Os revolucionários húngaros não souberam, ou não puderam, depurar o partido e o Estado desses elementos vacilantes, comprometendo o futuro da revolução.

Houve ainda a inexperiência do jovem Partido Comunista da Hungria, agravada pela direção de Bela Kun, um homem que nunca chegou a assimilar em profundidade os ensinamentos de Marx e Lênin. Por isso cometeu uma série de erros, ora de direita, ora de esquerda. Mas no essencial os comunistas húngaros se mantiveram no campo da revolução e do socialismo, graças inclusive ao esforço pessoal de Lênin e dos bolcheviques.

A Revolução Húngara foi uma das mais belas páginas da história do proletariado internacional — uma história que não se compõe só de vitórias, mas também de derrotas. Por isso é necessário extrair também das derrotas lições que nos ajudem a caminhar no sentido do objetivo maior, aquele a que aspiravam os comunardos parisienses em 1871 e os revolucionários alemães e húngaros em 1918-19, quando, na ânsia de conquistá-lo ousaram tomar os céus de assalto: o Socialismo.

Historiador, pós-graduado em Filosofia Social, Bucamp (Campinas-SP) e colaborador da "Classe".



Bela Kun, líder da revolução húngara de 1919

João Carlos e a poesia resistente

Entrevista a José Reinaldo Carvalho

O escritor e jornalista João Carlos Teixeira Gomes produz discretamente na Bahia uma obra poética densa, atividade que combina com o estudo e a elaboração teórica sobre literatura brasileira e comunicações, sem grande repercussão no Centro-Sul por razões que ele mesmo explica nesta entrevista. O poeta baiano fala à "Classe" sobre seu novo livro, "A esfinge contemplada" (Editora Nova Fronteira), a poesia brasileira, o jornalismo e a situação política do país.

Classe: Qual a mensagem de seu livro "A esfinge contemplada" e quais os recursos literários que você utiliza?

João Carlos: É o meu terceiro livro de poesia. Antes eu publiquei "Ciclo imaginário", em 75; "O domador de gafanhotos", em 76; e mais dois livros de ensaios. É uma poesia que traduz minha visão do mundo e meus estudos sobre a poesia brasileira. Acho que nós sempre criamos em cima também do que vemos. Estou convencido de que toda criação se desenvolve através de influências que são muito positivas. Ninguém vive isolado do mundo. Sobretudo o grande leitor de poesia, que é o meu caso, sempre está criando dentro de uma tradição que se forma.

Classe: Como você avalia o momento atual da poesia brasileira? Não há uma certa confusão estética causada, por exemplo, pelo concretismo?

João Carlos: É verdade. Em meados dos anos 50 foi lançado o manifesto da poesia concreta. Depois disso a poesia brasileira sofreu um impacto muito forte da teorização dos concretistas. Eles pregaram o total distanciamento do poeta em relação ao seu texto, construído como algo quase físico, quase material. Havia um sentido mais plástico do que propriamente verbal: a utilização do espaço em branco, a extinção do verso pregada como uma grande conquista, mas que foi uma grande tolice, porque o próprio Otávio Paz, em carta enviada a Haroldo de Campos, defende a permanência do verso. O verso é um instrumento insubstituível de veiculação da poesia, é um operador essencial para a veiculação da mensagem. Mas os concretistas pregaram a morte do verso e passaram a fazer traduções. Isto é, o verso não seria mais para a poesia, digamos assim, tradicional, mas continuou mantido nas traduções. Como eles não criaram uma opção poética realmente permanente para o Brasil, eles não quiseram mais criar em cima do verso, talvez para não contradizer a própria proposta que trouxeram, e acabaram usando o verso sistemática-

mente na tradução. Não criaram uma nova poesia. Não conseguiram também realizar o projeto concretista, que ficou muito limitado aos três grandes nomes: Décio Pignatari, Haroldo e Augusto de Campos. Instituíram uma crise na poesia brasileira, porque estancaram inclusive as inclinações do nosso lirismo. O Décio Pignatari, num prefácio a um dos seus livros, diz que se instituiu um pânico na poesia brasileira. Houve medo de se fazer poesia com verso e dentro daquela tendência tradicional que necessariamente não era ruim, da poesia auto-confeccional, da poesia da visão do mundo, da poesia da interpretação do mundo. Afinal de contas, a poesia mantém esse compromisso desde que foi criada, na Grécia antiga. A poesia tem referentes, o mundo é o grande referente do poeta.

Classe: Como está a produção literária na Bahia atualmente?

João Carlos: A Bahia tem fama de ser um centro cultural importante no Brasil. Infelizmente isso não é verdade. A Bahia possui manifestações culturais com repercussão fora de suas fronteiras, mas essas manifestações são aquelas sobretudo ligadas à cultura popular. Nós temos uma música muito rica, manifestações folclóricas. Mas do ponto de vista cultural a Bahia é muito claudicante. Sua vida cultural é precária e fragmentária. Na área literária você encontra grandes nomes: a Bahia é uma terra de grandes poetas. Mas não há repercussão. As coisas aqui são escritas mas não há crítica literária. Nós não temos

editoras, uma editora sequer. Tudo isso deixa a vida literária dispersa.

Classe: Você atribui isso mais ao aspecto da produção do que ao ato criativo em si...

João Carlos: É isso. Mas também há uma tradição que se formou no Brasil, onde você tem que considerar dois pólos culturais essenciais e o resto como satélites. Fora do que se faz no Rio e em São Paulo, é muito difícil se construir alguma coisa, alguma obra. O escritor baiano é solicitado a fazer outros trabalhos, pela necessidade de sobrevivência. Nós não temos profissionalização.

Classe: Como você analisa a imprensa no Brasil?

João Carlos: Vejo a imprensa com muita tristeza. Qual é realmente o órgão de imprensa que nós temos confiável? Não temos. A imprensa brasileira não evoluiu, pelo contrário, involuiu. É notório que muitos órgãos, premiados por dificuldades financeiras, abdicaram de sua independência. Nós vemos a manipulação sistemática que a Rede Globo faz com a opinião pública, a serviço dos interesses mais escusos. Não só os jornais, como as revistas que circulam no país não são comprometidas com os interesses efetivos do povo brasileiro, da democracia, do próprio país. É claro

que pode haver exceções. Mas não vejo a imprensa, hoje, com bons olhos.

Classe: E o ensino do jornalismo, joga papel no aprimoramento da imprensa?

João Carlos: Apesar das limitações, que de um modo geral são as limitações do ensino universitário e do próprio processo educacional brasileiro (não temos uma vida universitária consolidada, a tradição universitária é débil e precária), o curso de jornalismo é voltado para seus objetivos. Por isso vi com muita surpresa o movimento que os grandes jornais fizeram em favor da extinção dos cursos. Parece uma coisa inacreditável, que os jornais, por interesses de relações profissionais, para tentar evitar a consolidação do sindicalismo dos jornalistas, queiram destruir os cursos de comunicação. É uma evidência da visão menor das

grandes empresas jornalísticas no Brasil.

Classe: A nova Constituição registra alguns avanços na regulamentação da concessão de canais de rádio e TV. Mas semanas antes da promulgação da Carta, houve um festival de concessões para apaniguados...

João Carlos: A nova Carta transferiu para o Congresso o exame das concessões. Espero que ele cumpra efetivamente esse papel. O que assistimos na gestão de Antônio Carlos Magalhães no Ministério das Comunicações é profundamente lamentável. Ele usa as concessões como instrumento de corrupção e suborno. Todo mundo acompanhou o processo que ele utilizou em relação ao mandato de 5 anos do presidente Sarney. Foi uma compra de consciências para garantir Sarney no Planalto, como se não bastasse o sofrimento que todo o Brasil vem experimentando com uma transição fraudada e traída.

Classe: Quais as perspectivas para o Brasil neste ano eleitoral?

João Carlos: Vejo o Brasil de hoje com muita tristeza. O Brasil que eu desejo, eu vejo com ansiedade e esperança. Este ano é eminentemente político, é o ano da sucessão presidencial. Nós hoje somos um juguete de um conglomerado de bancos internacionais. Nossa situação piorou, nossa dependência aumentou. Eu, você, todo o povo, trabalhamos para pagar a dívida externa. É uma sangria permanente em cima da construção da nossa felicidade, da nossa independência, do futuro do país, do futuro dos nossos filhos. É uma coisa vil, amarga, indecente que se verifica no Brasil. Mas nós temos de ter esperança, acreditar que isso mude. O povo há de escolher o melhor candidato.

Classe: E a possibilidade de união de forças políticas transformadoras para enfrentar a batalha da sucessão?

João Carlos: Se for uma união de forças comprometidas com uma ideologia de transformação, de mudança social, de avanço democrático, vale a pena. A direita não tem mais o que dizer no Brasil. Nunca teve, porque ela só pensa em interesses e compromissos contrários ao povo. É necessário que o povo se una, porque a direita tem uma visão uniforme sobre determinados problemas. A direita é contra a reforma agrária, tem uma visão imobilista da defesa da propriedade, não admite a propriedade com função social. A direita é pela acumulação egoísta do capital, é contra a distribuição verdadeira da riqueza. Essa direita é que é o grande adversário do progresso social no Brasil.



O livro de poemas de João Carlos "A esfinge contemplada".



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Garibaldi

Na terra devastada

Cacá Mendes*

Estreou dia 3, no Cineclube Bixiga, o filme "Na terra devastada", de Peter Overbeck, sobre conflitos de terras no Bico do Papagaio (fronteira do Pará com Tocantins). O documentário foi premiado no último Festival de Leipzig (Alemanha Ocidental). Traça um panorama da situação de miséria do camponês, que é expulso de suas terras com a conivência do governo. Um verdadeiro retrato das chacinhas por encomendas — estupros, esartejamentos, torturas...

Um documentário singular. O filme abre mostrando um acampamento em Santa Catarina, com várias famílias. Em seguida a câmera interage nos acontecimentos, com várias tomadas de arranha-céus da requintadíssima Avenida Paulista, em São Paulo. Está iniciada a viagem ao âmago da miséria.

O filme mostra fatos contundentes da prática assassina dos "donos" dos sertões deste Brasil. Foi pensado a partir do assassinato do padre Josimo, em 10 de maio de 1986.

Overbeck mostra os familiares das vítimas da violência no campo e o povo pobre, com suas preocupações com a sobrevivência. Mostra também detalhes sobre os donos da terra, sobre a UDR e seu presidente, Ronaldo Caiado, com seu discurso pomposo de um caçador de gente honesta que luta pela reforma agrária.

O diretor explica o título da obra: "É devastada, porque é a devastação ecológica. Estra-

gam a terra em grande escala, expulsam o homem do campo, injetando a violência e devastando o ambiente das pessoas. A concentração do capital nas mãos de uma pequena parcela da sociedade acaba expulsando os trabalhadores, que vivem já à margem da chamada tecnologia agrícola, do seu único meio de sobrevivência — a terra."

Presença marcante no documentário são as imagens das crianças atrofiadas nos seus próprios dedinhos, com olhares melancólicos. Há inúmeros depoimentos de pessoas que testemunharam de perto mortes de muitas lideranças populares, como o ex-deputado Paulo Fonteles, João Canuto e outros casos horrendos de estupros de mulheres e crianças.

O filme avisa: vão haver muitas mortes ainda. "O padre Ricardo Resende, os sindicalistas Dozinha, Lourdinha, Vila Nova, que colaboraram conosco na realização do filme, estão marcados para morrer", conta Peter Overbeck. Acrescenta: "É necessário denunciar e buscar saídas desta situação que atormenta a todos. Não basta simplesmente fazer cinema, há que se preocupar com o conteúdo do filme."

Entre outros detalhes de refinada escolha é a música de Willy Correa de Oliveira, com canções emocionantes do dramaturgo e poeta alemão Bertolt Brecht e D. Pedro Casaldáliga.

É bem verdade que há documentários chatos, que não prendem — e até espantam —

o espectador. Mas em "Na terra devastada", tranquilamente, o público não se dispersará até o último fotograma.

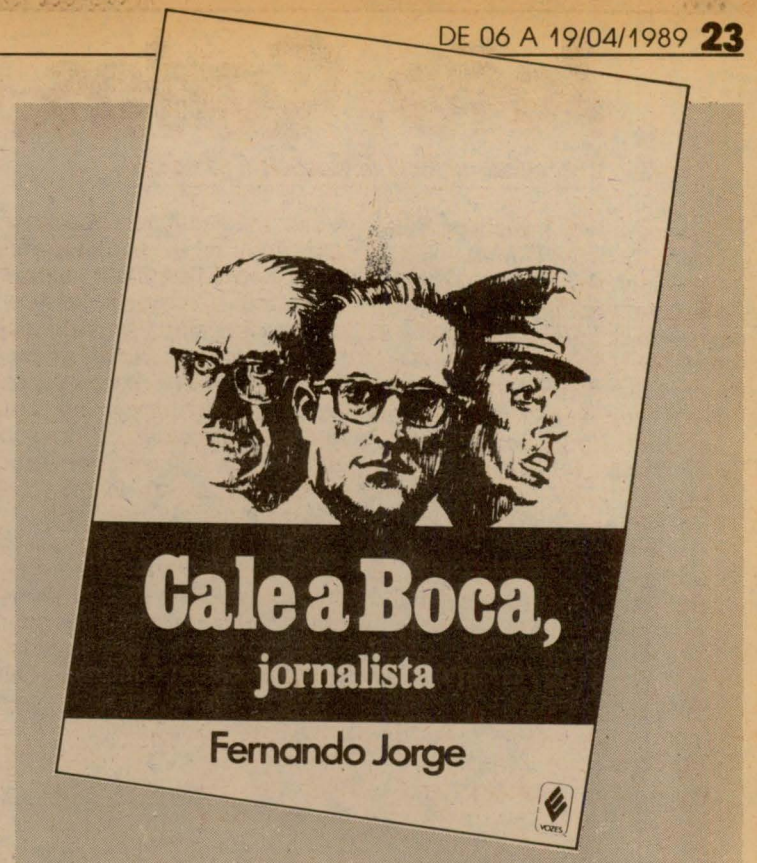
O diretor

Nascido na Alemanha e radicado no Brasil, onde mora desde 1951, Peter Overbeck realizou vários documentários. Entre eles, "Estudantes, revoltas e condicionamentos" (1967-68), hoje com o título de "Os anos que passaram". De 1971 a 73 morou no Chile, onde foi fotógrafo de cinema, e foi para a Alemanha onde, em 1974, realizou vários documentários para a TV.

De volta ao Brasil, em 77, entre vários trabalhos ligados à publicidade, dirigiu os documentários "Origem da riqueza" e "História do movimento sindical", para o Dieese.

Em 1985-86 realizou "A classe que sobra", a respeito dos trabalhadores da cana-de-açúcar no interior paulista, arrebatao o troféu "Pomba de prata", no Festival de Leipzig — o mesmo que o premiou em novembro último por "Na terra devastada". Ganhou também o prêmio de melhor fotografia no Festival de Brasília de 1968 e Prêmio Governador do Estado de São Paulo, também em 1968. Foi o diretor de fotografia de "O bandido da luz vermelha", de Rogério Sganzerla, e trabalhou com Ozualdo Candeias, Walter Hugo Khouri e outros.

* Colaborador da "Classe" em São Paulo



Alvo do arbítrio

A Editora Vozes lançou a 2ª edição, revista e aumentada, do livro "Cale a boca, jornalista!", de Fernando Jorge. O livro apresenta novos ângulos da história do Brasil, com documentação inédita e fatos omitidos nas obras dos historiadores acadêmicos.

Segundo o autor, o livro é "também uma análise a respeito das selvagerias cometidas contra nossos jornalistas e a nossa imprensa, desde o tempo de D. Pedro I. De ênfase à parte concernente às brutalidades que esses jornalistas sofreram, ao longo de vinte anos de ditadura militar, a partir de abril de 1964."

O autor demonstra que José Bonifácio, o "patriarca da Independência", agia como um chefe de cangaceiros; que o marechal Deodoro da Fonseca, apoiou o empastelamento do jornal "A Tribuna"; que Washington Luiz governou São Paulo como um feitor de escravos; e que o presidente Epitácio Pessoa achava que "coagir o pensamento nacional" era uma tarefa meritória...

O livro traz relatos pormenorizados das atrocidades cometidas pelos governos militares pós-64 contra jornalistas e jornais.

Foto: Lenice Pinheiro

A nova peça de Plínio Marcos

"A mancha roxa" é a nova peça de Plínio Marcos. Nela ele retoma a temática da prisão, iniciada em sua primeira obra, "Barrela". O crítico Sabato Magaldi a considerou "mais uma obra-prima" da dramaturgia do polêmico autor.

A ação dramática se desenrola num presídio feminino. Confinadas numa cela, sete mulheres percebem que contraíram o vírus de uma doença fatal. O autor, com o mesmo estilo contundente de suas outras peças ("Dois perdidos numa noite suja", "Navalha na carne", "O abajur lilás"), descreve a tragédia dessas mulheres, des-

sas vidas marginalizadas socialmente, massacradas por um sistema carcerário que não respeita a dignidade humana. Plínio retrata a situação-limite, sem perspectivas de vida e sem assistência do Estado e da sociedade, que as marginalizou.

"A mancha roxa" provoca um mergulho profundo em emoções intensas, inquietando, fazendo repensar nossos valores morais, políticos e sociais, questionando o verdadeiro valor da vida diante da iminência da morte, revelando a possibilidade da subversão de uma ordem de valores injusta.

A direção está a cargo



"A mancha roxa", de Plínio Marcos, denuncia o tratamento dado pela sociedade aos marginalizados

de Léo Lama, filho de Plínio e também dramaturgo (autor de "Dores de amores", em cartaz em São Paulo), diretor e

compositor, tendo trabalhado ainda como sonoplasta e iluminador em vários espetáculos.

"A mancha roxa" está

em cartaz no Teatro da Bixiga, rua Rui Barbosa, 072, às segundas, terças e quartas, sempre às 21 horas.

CDM

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

John Lennon

"Sou apenas um homem que faz canções." Assim John Lennon definiu a si próprio quando abordado por um admirador, numa das cenas do documentário "Imagine", em cartaz em vários cinemas do país. Um dos fundadores do grupo musical "The Beatles", Lennon cativou, durante vários anos das décadas de 60 e 70, importantes setores da juventude com suas canções e também com seus atos de protesto. Pacifista ("prefiro a não-violência, mas se houver uma revolução violenta, talvez mude de idéia e me engaje nela", afirmou), Lennon se notabilizou pela rebeldia às normas vigentes na "eclosão consumista" dos anos 60, embora tenha com ela colaborado durante um período.

Publicamos nesta página a tradução de algumas de suas canções — da época dos "Beatles" e da carreira solo —, obras que continuam influenciando a juventude, mesmo após seu brutal assassinato por um demente há 10 anos, em Nova Iorque.

A letra de "Happiness is a warm gun" foi traduzida pelo poeta Carlos Drummond de Andrade para a revista "Realidade", de março de 1969.

Imagine

"Imagine" — John Lennon

Imagine que não há paraíso,
É fácil, se você tentar.
Sem inferno sob nós,
e sobre nós apenas o céu.
Imagine todo mundo
vivendo para o hoje...

Imagine que não há países,
não é tão difícil assim.
Nada por que matar ou morrer
e nenhuma religião também.
Imagine todo mundo
Vivendo em paz...

Você dirá que eu sou um sonhador,
mas eu não sou o único.
Espero que algum dia você junte-se
a nós
e o mundo será um só.

Imagine que não há propriedades.
Será que você pode?
Sem ganância ou fome,
uma fraternidade de homens.
Imagine todo mundo
dividindo todo o mundo...

Você dirá que eu sou um sonhador,
mas eu não sou o único.
Espero que algum dia você junte-se
a nós
e o mundo será um só.

A felicidade é um revólver quente

"Happiness is a warm gun"
Lennon-MacCartney

Versão: Drummond

Até que essa garota não erra muito
ôi ôi ôi ôi ôi ôi ôi ôi
Acostumou-se ao roçar da mão-de-
veludo
como lagartixa na vidraça.
O cara na multidão, com espelhos
multicores
sobre seus sapatos ferrados
descansa os olhos enquanto as mãos
se ocupam
no trabalho de horas extraordinárias
com a saponácea impressão de sua
mulher
que ele papou e doou ao Depósito
Público

Preciso de justa-causa porque vou
rolando para baixo
para baixo, para os pedaços que
deixei na cidade-alta
preciso de justa-causa porque vou
rolando para baixo.

Madre Superiora dispara o revólver
Madre Superiora dispara o revólver
Madre Superiora dispara o revólver

A felicidade é um revólver quente
A felicidade é um revólver quente
Quando te pego nos braços
e meus dedos sinto em teu gatilho,
ninguém mais pode com a gente,
pois a felicidade é um revólver
quente

Lá isso é.

A noite de um duro dia

"A hard day's night"
Lennon-MacCartney

É a noite de um duro dia,
e eu trabalhei feito um cão.
É a noite de um duro dia,
devo dormir como um anjo.
Mas quando te encontro em casa,
descubro o que você fez,
e me sinto legal.

Você sabe que trabalho o dia
inteiro,
arranjando dinheiro pra te comprar
coisas.

E isso vale a pena,
só pra te ouvir dizer que faz tudo
por mim.

Então, por que adoro voltar pra
casa?
Porque quando te encontro sozinha,
sei que vou me sentir legal.

Quando estou em casa,
Tudo parece que é legal.
Quando estou em casa,
Sinto seu abraço apertado, é!

É a noite de um duro dia,
e eu trabalhei feito um cão.
É a noite de um duro dia,
devo dormir como um anjo.
Mas quando te encontro em casa,
descubro o que você fez,
e me sinto legal.

Você me faz bem,
você me faz bem.

João Ninguém

"Nowhere Man" — Lennon-
MacCartney

Ele é um verdadeiro João Ninguém,
sentado em sua terra de ninguém,
fazendo todos os seus planos para
ninguém.

Ele não tem um ponto de vista,
não sabe para onde vai
— Ele não se parece com você e comi-
go?

João Ninguém, por favor, ouça:
Você não sabe o que está perdendo,
João Ninguém, o mundo está sob seu
comando.

Ele é tão cego quanto pode ser,
só enxerga o que quer ver,



João Ninguém, você pode me ver,
afinal?

Ele não tem um ponto de vista,
não sabe para onde vai
Ele não se parece com você e comigo?

João Ninguém, não se preocupe,
Ocupe seu tempo, não se apresse
Espere que alguém lhe dará a mão

Ele é um verdadeiro João Ninguém,
sentado em sua terra de ninguém,
fazendo todos os seus planos para
ninguém

Herói da classe trabalhadora

"Working Class Hero" — John Lennon

Mal você nasce, fazem você sentir-se
pequeno
Não te dão tempo para nada
Até o sofrimento, que é tão grande,
você não tem tempo de sentir

Um herói da classe trabalhadora é al-
go bom de ser
um herói da classe trabalhadora é al-
go bom de ser

Eles querem ofender você em casa,
eles agridem você na escola.
Eles odeiam você, se é inteligente,
Eles criticam você, se é bobo.
Até que você enlouqueça
Você não pode seguir suas regras.

Um herói da classe trabalhadora é al-
go bom de ser

Um herói da classe trabalhadora é al-
go bom de ser

Eles torturaram e assustaram você
por 20 duros anos,
Depois esperam que tenha uma gran-
de carreira.

Quando você não consegue, fica an-
sioso.

Um herói da classe trabalhadora é al-
go bom de ser
um herói da classe trabalhadora é al-
go bom de ser

Você é dopado com religião e sexo e
TV

E pensa que é muito inteligente,
que não pertence a classes, e é livre
Mas você ainda sente
até onde eu posso ver

Um herói da classe trabalhadora é al-
go bom de ser

Um herói da classe trabalhadora é al-
go bom de ser

Eles te dizem
Que há um objetivo a atingir
Mas primeiro deve aprender a sorrir
enquanto mata
Se quer ser como os vencedores

Um herói da classe trabalhadora é al-
go bom de ser

Um herói da classe trabalhadora é al-
go bom de ser

Um herói da classe trabalhadora é al-
go bom de ser

Um herói da classe trabalhadora é al-
go bom de ser

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois